

**ACTA**

Aos vinte e quatro dias do mês de Março do ano de dois mil e onze, no Edifício dos Paços do Concelho, na Sala de Reuniões, compareceram os Excelentíssimos Senhores: Presidente da Câmara – António Magalhães da Silva – e Vereadores – Domingos Bragança Salgado, Francisca Maria da Costa Abreu, César Manuel de Castro Machado, Amadeu Artur Matos Portilha, Alexandra Parada Barbosa Gesta, José Augusto Ferreira Araújo, José Manuel Fernandes Antunes, André Guimarães Coelho Lima e José Manuel Torcato Ribeiro. -----

Não compareceu a Vereadora Luísa Maria Alves Oliveira, cuja falta foi considerada justificada. -----

Secretariou a Directora do Departamento de Administração Geral, Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier. -----

Pelas 10.00 horas foi declarada aberta a reunião. -----

----- ANTES DA ORDEM DO DIA -----**----- INTERVENÇÕES -----**

1 – Vereador André Coelho Lima – Abordou a situação de crise política vivida em Portugal, particularmente depois da demissão do Primeiro-Ministro de Portugal, no dia imediatamente anterior a esta reunião de Câmara, referindo que quaisquer visões ou perspectivas acerca dos acontecimentos do dia anterior devem-nos preocupar e mobilizar como Portugueses e não como membros de um ou outro partido. De seguida, fez votos para que qualquer que venha a ser o resultado político-institucional decorrente da demissão do Primeiro-Ministro José Sócrates, Portugal possa abraçar um novo rumo, olhar para o futuro com esperança e conseguir ultrapassar o fado da dependência económica do exterior ou dos mercados. Para isso, alertou que será necessária uma mudança na forma de governação, revendo sem temores o

modelo de desenvolvimento em que Portugal tem estado assente, sem fantasmas, procurando evitar que dentro de poucos anos, depois de ultrapassa a crise, Portugal possa ter que se defrontar novamente com a natureza ciclicamente deficitária das suas contas públicas. Ainda a este propósito, e em face da crise política instalada em Portugal, questionou o Presidente da Câmara Municipal acerca dos compromissos assumidos pelo Governo face ao evento nacional cuja organização compete a Guimarães, a Capital Europeia da Cultura 2012. Disse, *"a nós, Guimarães, além duma preocupação com a situação política nacional, como Portugueses, preocupa-nos perceber em que ponto estarão os compromissos assumidos pelo Governo de Portugal face à CEC/2012, e interessa-nos compreender se estão já cumpridas as incumbências que competem ao Governo de Portugal, no âmbito do evento internacional que Guimarães, em nome de Portugal, terá que organizar em 2012."*

2 – Vereador José Torcato Ribeiro – a) – No seguimento da sua intervenção na última reunião de Câmara, onde questionou as notícias vindas a público que indiciavam desentendimentos entre a Câmara e o Pintor José de Guimarães quanto ao modelo de gestão do Museu de Arte Contemporânea na Plataforma das Artes, perguntou se já existia entendimento das partes sobre a gestão daquela estrutura; **b)** – Quis saber a situação relativa a uma construção aparentemente abandonada, situada entre a Rua Francisco Agra e a Travessa que liga esta rua com a Rua Ferreira de Castro, junto à antiga Escola de Santa Luzia.

3 – Vereador José Manuel Antunes – Leu, em voz alta, um documento, pedindo que o respectivo texto, que a seguir se transcreve, ficasse registado em acta: "A Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro regulamenta as competências e o regime jurídico



das AUTARQUIAS LOCAIS. **No seu Artigo 48.º** sobre a participação dos membros da câmara na assembleia municipal, é dito no seu número um que a **Câmara Municipal faz-se representar, obrigatoriamente, nas sessões da assembleia municipal, pelo presidente**, que pode intervir nos debates, sem direito a voto. **No Artigo 68.º** Competências do presidente da câmara – 1 – Compete ao presidente da câmara municipal: t) **Representar a câmara** nas sessões da assembleia municipal ou, havendo justo impedimento, fazer-se representar pelo seu substituto legal, sem prejuízo da faculdade de ser acompanhado por outros membros. Esta imposição legal de representação do Executivo Municipal, no seu Presidente, exige da parte deste enquanto representante de todos os vereadores um comportamento e atitudes que não nos envergonhem, sob pena de não podermos calar a voz e assumirmos clara e publicamente uma demarcação e a reprovação da sua conduta. Na última sessão da Assembleia Municipal o Presidente da Câmara Municipal numa intervenção de um deputado do Bloco de Esquerda foi “agredido” verbalmente, tendo sido utilizados termos que **não são admissíveis**, tendo sido esse o entendimento do Presidente da Mesa da Assembleia e também é o entendimento dos vereadores do PSD. Na resposta o Presidente de Câmara, reagiu impondo o respeito pela sua posição e estatuto, tendo recolhido o apoio e a solidariedade de toda a Assembleia, tendo sido aplaudido por quase todos os deputados da Assembleia Municipal. O mais grave veio a seguir, talvez inebriado com a quase unânime condenação do comportamento do deputado do BE, não resistiu a humilhar e espezinhar um deputado municipal. E fê-lo em termos reprováveis e condenáveis, seja em que circunstâncias for, mais reprováveis numa sessão da Assembleia Municipal, no desempenho do cargo

de Presidente da Câmara e em representação de todos os vereadores municipais. Queremos dizer aqui na primeira oportunidade e de forma pública que os vereadores do PSD se demarcam da atitude e do comportamento do Presidente da Câmara; que repudiamos os termos utilizados que de tão infelizes nos abtemos de os citar e fazemos votos para que situações destas não se repitam. Estaremos atentos". **4 – Vereador Amadeu Portilha** – Disse que a partir do próximo dia 1 de Abril a linha 12 dos Transportes Urbanos de Guimarães recomeçará o seu trajecto agora com ligação ao Centro de Saúde de Urgezes. **5 – Presidente da Câmara – a)** – Sobre as intervenções feitas, esclareceu: **a)** – Relativamente à demissão do Primeiro-Ministro disse que ainda não estava demitido, acrescentando que se deveria aguardar pelos desenvolvimentos. Sobre os compromissos do Governo para com a Capital Europeia da Cultura 2012, começou por recordar uma atitude de um Ministro da Cultura de um Governo do PSD que não cumpriu um Protocolo celebrado com a Autarquia para o Palácio Vila Flor. Disse esperar que tal não se repita, referindo os projectos ainda não concluídos, tais como o Centro de Formação Profissional e a Loja do Cidadão. Acrescentou que tem tido sempre uma boa relação institucional com todos os membros dos diversos Governos; **b)** – Sobre as negociações com o artista José de Guimarães disse que a Câmara não pretende a criação de uma Fundação para gerir a Plataforma das Artes, pelo que na próxima reunião poderá ficar decidida qual a pretensão da Autarquia neste processo; **c)** – Sobre o prédio da Rua Francisco Agra disse que o mesmo está a ser avaliado pelos serviços da Autarquia; **d)** - Sobre a intervenção do Vereador José Manuel Antunes disse que o que se passou na Assembleia Municipal é o que acontecerá sempre que alguém ultrapassar os limites do seu



papel interventivo. -----

----- **INFORMAÇÕES** -----

O Presidente da Câmara deu as seguintes informações: **1** – Disse que os cidadãos de Kaiserslautern e Compiégne decidiram ajudar as cidades japonesas geminadas de Bunkyo-ku e Shirakawa, respectivamente. Nesse sentido, foram levadas a cabo algumas iniciativas tais como a abertura de uma conta bancária para onde as pessoas poderão encaminhar os seus donativos e a recolha de bens. Disse, ainda, que a cidade de Kaiserslautern está a organizar uma lista de pessoas com disponibilidade para acolher cidadãos japoneses que desejem abandonar o seu país por algum tempo. Assim, ambas as cidades interpelam Guimarães a aderir a esta iniciativa humanitária; **2** – Da seguinte informação da Chefe de Modernização Administrativa e da Qualidade: "**Cartão de Feirante** – Nos termos do artigo 8.º do Decreto-Lei nº 42/2008, de 10 de Março, compete à Direcção -Geral das Actividades Económicas (DGAE), a emissão e renovação do cartão de feirante, podendo tal emissão ou renovação ser requerida junto da DGAE, das direcções regionais da economia ou das câmaras municipais através de carta, fax, correio electrónico ou directamente no sítio da DGAE na Internet, acompanhado do impresso destinado ao cadastro comercial dos feirantes devidamente preenchido. Nestes termos, o Município de Guimarães tem recebido pedidos para atribuição do Cartão de Feirante cujo procedimento tem sido o seguinte: O pedido é recebido e registado no BUA, onde é cobrada a taxa, no valor de €15,00 ou €7,50, conforme se trate de emissão ou de renovação, (valor este que reverte na totalidade para a DGAE). Ainda no BUA (Back Office) é digitalizado o pedido e, posteriormente, remetido ao DSUA que o envia, por correio à DGAE. No início de cada mês, o serviço de Contabilidade transfere

para a DGAE os valores cobrados no mês anterior. Importa referir que, podendo receber estes pedidos, o município não é obrigado a fazê-lo e sabemos que por exemplo, os municípios de Braga, Famalicão e Vizela não prestam este serviço, o que leva a que os respectivos munícipes nos procurem para o efeito. Ora, considerando que: Esta é uma competência da DGAE e não do município; Que este procedimento envolve custos para o município, estando envolvidos vários recursos materiais e humanos, incluindo portes de correio, sem que o Município seja ressarcido dessas despesas porquanto a receita reverte, na totalidade, para a DGAE; Que estão previstas várias formas de aceder a este serviço sem necessidade de deslocações aos serviços de atendimento (fax, correio, internet); Sugere-se que este serviço deixe de ser prestado pelo Município de Guimarães, podendo, contudo, os atendedores do BUA prestarem os esclarecimentos necessários, quando abordados para tal, designadamente quanto à forma de obter o referido cartão e respectiva renovação; **3** – De uma notícia publicada no jornal “Público” de 16 de Março de 2011, referindo que a cidade do Porto perdeu 40 mil empregos no comércio tradicional entre 2009 e 2010; **4** – De um e-mail de um munícipe dando os parabéns pela requalificação dos Bairros Nossa Senhora da Conceição e pedindo que a Câmara Municipal não permita futura degradação dos mesmos como por exemplo a colocação de roupa a secar em janelas e varandas; **5** – De uma informação relativa aos números da afluência à Feira Semanal no passado dia 11 de Março. -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- **INFORMAÇÕES** -----

I – Do despacho do Vereador Domingos Bragança, datado de 17 de Março de 2011, que concordou com a seguinte informação dos



Serviços do Departamento de Obras Municipais: **"VEIGA DE CREIXOMIL – CAMINHO DA VARIANTE E CAMINHO REAL – INFORMAÇÃO PARA INÍCIO DE PROCEDIMENTO – 1.** Atenta a necessidade de executar a obra de: Veiga de Creixomil – Caminho da Variante e Caminho Real, submete-se à consideração superior a presente proposta de decisão de contratar. **2.** Para efeitos de prévia cabimentação da despesa inerente ao contrato a celebrar, estima-se que o respectivo preço contratual não deverá exceder €656.184,34 + IVA, a satisfazer pela dotação 2.4.6.28 do Plano Plurianual de Investimentos. **3.** Nos termos da regra geral de escolha do procedimento (prevista no artigo 18.º do Decreto-Lei nº 18/08 de 29 de Janeiro (CCP), alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 278/09 de 2 de Outubro) e do valor máximo do benefício económico que pode ser obtido pelo adjudicatário com a execução do contrato a celebrar, propõe-se a adopção de um concurso público sem anúncio no JOUE, ao abrigo da alínea b) do artigo 19º do CCP. **4.** Propõe-se ainda a aprovação das peças do procedimento em anexo, das quais se destaca no Programa de Procedimento: Fixação do preço base em €656.184,34 + IVA; Fixação de um prazo de vigência do contrato a celebrar de 180 dias; Opção pelo critério de adjudicação da proposta economicamente mais vantajosa; **5.** Para a condução do procedimento propõe-se a designação do seguinte júri: Efectivos – a) Presidente: Joaquim Josias Silva Antunes Almeida de Carvalho – Director do Departamento de Obras Municipais; b) Vogal: José Filipe Tavares de Fontes – Director do Departamento de Projectos e Planeamento Urbanístico; c) Vogal – Elsa Maria Ferreira Cordeiro de Almeida – Chefe de Divisão Administrativa. Suplentes – a) Vogal: Maria Fernanda Fernandes Castro – Chefe de Divisão de Empreitadas; b) Vogal: Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier

– Directora do Departamento de Administração Geral. É designado para secretariar o júri: Silvana Leite Torres Peixoto – A Coordenadora técnica do Departamento de Obras Municipais. **6.** Para aprovação de Erros e Omissões, propõe-se que o júri do procedimento tenha competências para a sua aprovação, desde que não seja alterado o preço base e o prazo de execução”; **II** – Do despacho do Vereador Domingos Bragança, datado de 18 de Março de 2011, que concordou com a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Obras Municipais: **“REQUALIFICAÇÃO DO PAVILHÃO DO INATEL – INFORMAÇÃO PARA INÍCIO DE PROCEDIMENTO – 1.** Atenta a necessidade de executar a obra de: Requalificação do Pavilhão do INATEL, submete-se à consideração superior a presente proposta de decisão de contratar. **2.** Para efeitos de prévia cabimentação da despesa inerente ao contrato a celebrar, estima-se que o respectivo preço contratual não deverá exceder €255.000,00 (duzentos e cinquenta e cinco mil euros) + IVA, a satisfazer pela dotação 2.5.2.34 do Plano Plurianual de Investimentos. **3.** Nos termos da regra geral de escolha do procedimento (prevista no artigo 18.º do Decreto-Lei nº 18/08 de 29 de Janeiro (CCP), alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 278/09 de 2 de Outubro) e do valor máximo do benefício económico que pode ser obtido pelo adjudicatário com a execução do contrato a celebrar, propõe-se a adopção de um concurso público sem anúncio no JOUE, ao abrigo da alínea b) do artigo 19º do CCP. **4.** Propõe-se ainda a aprovação das peças do procedimento em anexo, das quais se destaca no Programa de Procedimento: Fixação do preço base em €255.000,00 (duzentos e cinquenta e cinco mil euros) + IVA; Fixação de um prazo de vigência do contrato a celebrar de 60 dias; Opção pelo critério de



adjudicação da proposta economicamente mais vantajosa; **5.** Para a condução do procedimento propõe-se a designação do seguinte júri: Efectivos – a) Presidente: Maria Fernanda Fernandes Castro – Chefe de Divisão de Empreitadas; b) Vogal: José Filipe Tavares de Fontes – Director do Departamento de Projectos e Planeamento Urbanístico; c) Vogal – Elsa Maria Ferreira Cordeiro de Almeida – Chefe de Divisão Administrativa. Suplentes – a) Vogal: Joaquim Josias Silva Antunes Almeida de Carvalho – Director do Departamento de Obras Municipais; b) Vogal: Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier – Directora do Departamento de Administração Geral. É designado para secretariar o júri: Silvana Leite Torres Peixoto – A Coordenadora técnica do Departamento de Obras Municipais. **6.** Para aprovação de Erros e Omissões, propõe-se que o júri do procedimento tenha competências para a sua aprovação, desde que não seja alterado o preço base e o prazo de execução”; **III** – Do despacho do Vereador Domingos Bragança, datado de 18 de Março de 2011, que concordou com a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Obras Municipais: **“REQUALIFICAÇÃO E BENEFICIAÇÃO DE PAVILHÕES GIMNODESPORTIVOS – INFORMAÇÃO PARA INÍCIO DE PROCEDIMENTO** – **1.** Atenta a necessidade de executar a obra de: Requalificação e Beneficiação de Pavilhões Gimnodesportivos, submete-se à consideração superior a presente proposta de decisão de contratar. **2.** Para efeitos de prévia cabimentação da despesa inerente ao contrato a celebrar, estima-se que o respectivo preço contratual não deverá exceder €610.000,00 (seiscentos e dez mil euros) + IVA, a satisfazer pela dotação 2.5.2.12 do Plano Plurianual de Investimentos. **3.** Nos termos da regra geral de escolha do procedimento (prevista no artigo 18.º do Decreto-Lei nº 18/08 de 29 de Janeiro (CCP),

alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 278/09 de 2 de Outubro) e do valor máximo do benefício económico que pode ser obtido pelo adjudicatário com a execução do contrato a celebrar, propõe-se a adopção de um concurso público sem anúncio no JOUE, ao abrigo da alínea b) do artigo 19º do CCP. **4.** Propõe-se ainda a aprovação das peças do procedimento em anexo, das quais se destaca no Programa de Procedimento: Fixação do preço base em €610.000,00 (seiscentos e dez mil euros) + IVA; Fixação de um prazo de vigência do contrato a celebrar de dias; Opção pelo critério de adjudicação da proposta economicamente mais vantajosa; **5.** Para a condução do procedimento propõe-se a designação do seguinte júri: Efectivos – a) Presidente: José Filipe Tavares de Fontes – Director do Departamento de Projectos e Planeamento Urbanístico; b) Vogal: Maria Fernanda Fernandes Castro – Chefe de Divisão de Empreitadas; c) Vogal – Elsa Maria Ferreira Cordeiro de Almeida – Chefe de Divisão Administrativa. Suplentes – a) Vogal: Joaquim Josias Silva Antunes Almeida de Carvalho – Director do Departamento de Obras Municipais; b) Vogal: Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier – Directora do Departamento de Administração Geral. É designado para secretariar o júri: Silvana Leite Torres Peixoto – A Coordenadora técnica do Departamento de Obras Municipais. **6.** Para aprovação de Erros e Omissões, propõe-se que o júri do procedimento tenha competências para a sua aprovação, desde que não seja alterado o preço base e o prazo de execução”; **IV** – Do despacho do Vereador Domingos Bragança, datado de 18 de Março de 2011, que adjudicou a empreitada **“Duplicação das Faixas de Rodagem da Circular Urbana 3.ª Fase”** ao concorrente “Alexandre Barbosa Borges, S.A.” pelo preço de €448.963,99 (quatrocentos e quarenta e oito mil novecentos e sessenta e três



euros e noventa e nove cêntimos) + IVA, para um prazo de execução de 120 dias; **V** – Dos ofícios da Assembleia Municipal números 11 a 19, datados de 14 de Março de 2011, que comunicam a aprovação, em sessão realizada no passado dia 10 de Dezembro, das seguintes propostas: **a)** – “Prestação de Serviços – Fornecimento de Refeições em Refeitórios Escolares – Anos de 2011, 2012 e 2013 – Ajuste Directo n.º 112/2010”; **b)** – “Prestação de Serviços – Fornecimento de Refeições a 4 Estabelecimentos de Ensino – Ano Cível de 2011 – Concurso Público n.º 15/2010”; **c)** – “Desafectação de Troço de Caminho Municipal no Lugar da Escrita e de Outeiro de Oleiros – Freguesia de Longos”; **d)** – “Protocolo de Colaboração – Apoio Social a Agregado Familiar Isolado”; **e)** – “Regulamento de Atribuição de Bolsas de Formação Desportiva – Gala do Desporto”; **f)** – “VITRUS AMBIENTE, EM, SA – Transferência da Propriedade de Bens – Aumento de Capital Social; **g)** – “Fornecimentos – Fornecimento de 1.3000.000 Litros de Gasóleo – proposta para Abertura de Concurso Público n.º 01/2011”; **h)** – “Alteração de Trânsito na Rua de Matos – Freguesia de Calvos”; **i)** – “Alteração de Trânsito na Rua do Pombal – Freguesia de Azurém”. -----

----- **DELIBERAÇÕES** -----

CÂMARA – APROVAÇÃO DA ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL, REALIZADA EM 10 DE MARÇO DE 2011. DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE, tendo sido dispensada a leitura da acta por ter sido entregue a todos os membros do Órgão Executivo juntamente com a Ordem do Dia da presente reunião. -----

CÂMARA – RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO GRAU DE OBSERVÂNCIA DO RESPEITO PELOS DIREITOS E GARANTIAS DOS MEMBROS DA OPOSIÇÃO – ANO DE 2010 –

Presente, para votação, o Relatório de Avaliação do Grau de Observância do Respeito pelos Direitos e Garantias dos Membros da Oposição respeitante ao ano de 2010, que se anexa, após o que, conforme dispõe o nº 2 do art. 10º do Estatuto do Direito de Oposição, aprovado pela Lei nº 24/98, será enviado a todos os partidos políticos representados na Assembleia Municipal, para que sobre ele se pronunciem. O referido relatório dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas.

DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA. Abstiveram-se os Vereadores José Manuel Antunes e André Coelho Lima, que apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Os vereadores do PSD abstêm-se neste ponto por considerarem que houve, no ano de 2010, uma regressão no que respeita ao cumprimento substancial do Estatuto do Direito de Oposição. Embora possa ser formalmente considerado cumprido o Estatuto de Oposição, está muito longe de ser considerado respeitado, particularmente pelo Presidente de Câmara, o “estatuto de opositor” e dos diversos opositores com que se defronta nos fóruns políticos concelhios. O ano de 2010 foi fértil em episódios pouco edificantes para a política local, mas sobretudo para Guimarães, que a todos nos cabe representar. Foram constantes as situações de desrespeito do Presidente de Câmara para com os seus pares na reunião de Câmara, ora retirando-lhes a palavra sem qualquer critério, ora interrompendo constantemente as suas intervenções, quando as mesmas sejam incómodas, ora qualificando de forma pouco elevada e respeitadora os seus adversários políticos, ora até ameaçando-os mesmo. Este ano que deveria ser de progressão para um clima de unanimidade, como prometido pelo Presidente de Câmara no discurso de tomada de posse para este mandato, de caminho para posições de conjunto, foi, paradoxalmente, um ano



em que o Presidente de Câmara assumiu uma postura mais intolerante e desrespeitadora dos seus pares. Por isso, relativamente ao funcionamento das reuniões de Câmara Municipal, embora formalmente seja, como diz o relatório, *"proporcionada a possibilidade de os membros da oposição se pronunciarem sobre todos os assuntos"*, a verdade é que muitas vezes é retirada a palavra aos vereadores da oposição, de forma aleatória, unilateral, não fundamentada, sem qualquer critério que não seja o do subjectivismo apreciativo do Presidente da Câmara Municipal. Esta circunstância, e a inexistência de normativo que regule os poderes da oposição, levam a que consideremos ser absolutamente pertinente, e urgente, a adopção de um regimento das reuniões de Câmara Municipal, que regule o funcionamento das mesmas, que estabeleça os poderes de cada um dos agentes, que no fundo, organize e retire ao subjectivismo a condução das reuniões de Câmara. Em face do exposto, converteremos esta posição em proposta, e é na firme convicção da sua aprovação, de que todos concordarão com o estabelecimento de regras claras para todos, que nos iremos abster neste ponto, abdicando da utilização de outro sentido de voto mais gravoso. Na medida em que este alerta tem essencialmente um intuito construtivo". -----

OBRAS PÚBLICAS – NOVO RECINTO DA FEIRA SEMANAL – CONTA FINAL – Presente a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Obras Municipais: "1 - Por deliberação da Câmara Municipal de Guimarães, datada de 21 de Janeiro de 2010, foi a empreitada em título adjudicada à empresa M. Couto Alves, S.A. pelo valor de €1.545.479,16 + IVA. 2 - O valor final dos trabalhos é de €1.500.970,55 + IVA. 3 - Verificou-se a existência de trabalhos a menos nomeadamente: não esgotamento da medição de alguns artigos previstos em projecto,

que corresponde a €2.373,40 + IVA (0,15%); suprimento de trabalhos, conforme informação e despacho do Dr. Domingos Bragança que se encontra em anexo, correspondente a €42.135,21 + IVA (2.73%); 4 - Todos os preços dos vários trabalhos que compõem a presente empreitada estão contratualizados. 5 - Se for caso disso, poderão estes montantes ser objecto de revisão, nos termos do art. 1º do DL nº6/2004, de 6 de Janeiro, logo que se encontrem publicados no Diário da República os respectivos índices definitivos de revisão de preços. 6 - Neste momento não se pode efectuar a Revisão de Preços definitiva, pois ainda não foram publicados os índices definitivos. O valor da Revisão de Preços com índices provisórios é de €92.656,72 + IVA. 7 - Assim, fica à consideração superior a aprovação desta conta final no valor de €1.593.627,27 + IVA, sendo que €1.500.970,55 + IVA de trabalhos contratuais, €92.656,72+ IVA da revisão de preços provisória e do Auto final no valor de €414.467,54 + IVA. 8 - Para cumprimento do disposto no artº399º do Decreto-Lei 18/08 de 29 de Janeiro foi elaborada a Conta Final dentro do prazo nele estabelecido. 9 - De acordo com o nº1 do artº401º do mesmo diploma, será enviada a Conta Final ao adjudicatário, tendo este um prazo de 15 dias para a assinar ou deduzir sua reclamação fundamentada”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

OBRAS PÚBLICAS – EDIFÍCIO DE CLIMATIZAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE GUIMARÃES – CONTA FINAL –

Presente a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Obras Municipais: “1 - Por deliberação da Câmara Municipal de Guimarães, datada de 6 de Maio de 2010, foi a empreitada em título adjudicada ao Agrupamento SISTAVAC, SA, pelo valor de €813.438,92 + IVA. 2 - O valor final dos trabalhos é de



€813.399,70 (sem IVA). 3 - Existem trabalhos a menos no valor de €39,22, por não se executarem as quantidades de trabalho previstas no mapa de quantidades. 4 - Todos os preços dos vários trabalhos que compõem a presente empreitada estão contratualizados. 5 - Se for caso disso, poderão estes montantes ser objecto de revisão, nos termos do art.º 1º do DL nº6/2004, de 6 de Janeiro, logo que se encontrem publicados no Diário da República os respectivos índices definitivos de revisão de preços. 6 - Neste momento não se pode efectuar a Revisão de Preços definitiva, pois ainda não foram publicados os índices definitivos. O valor da Revisão de Preços com índices provisórios é de €51.827,52. 7 - Assim, fica à consideração superior a aprovação desta conta final no valor de €865.227,22 (€813.399,70) são referentes a trabalhos contratuais e €51.827,52 é referente à Revisão de Preço provisória), e dos Autos nºs 7 e 8 - Finais, com os valores de €188.697,15 e €178.934,95, respectivamente. 8 - Para cumprimento do disposto no art.º 399º do Decreto-Lei 18/08 de 29 de Janeiro foi elaborada a Conta Final dentro do prazo nele estabelecido. 9 - De acordo com o nº1 do artº401º do mesmo diploma, foi enviada a Conta Final ao adjudicatário, tendo este um prazo de 15 dias para a assinar ou deduzir sua reclamação fundamentada". **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.**

OBRAS PÚBLICAS – LABORATÓRIO DA PAISAGEM – ERROS E OMISSÕES – Presente a seguinte proposta do Vereador Domingos Bragança: "Por despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Guimarães de 23 de Dezembro, exarado na informação que se anexa, foi aprovada a lista de erros aceites respeitante ao procedimento "Laboratório da Paisagem". No entanto, e conforme estabelece o n.º 5 do art. 61º do Decreto Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, alterado e republicado pelo Decreto

Lei n.º 278/2009 de 2 de Outubro, aquela lista de erros deveria ter sido aprovada pelo órgão competente para decisão de contratar, neste caso a Câmara Municipal. Por lapso, a mesma não foi submetida a reunião de câmara em tempo útil. Desta forma, submete-se agora aquele despacho a ratificação do executivo camarário aquele despacho”. A lista de erros e omissões dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

OBRAS PÚBLICAS – REQUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO NA ZONA DE COUROS – CAMPURBIS – RELATÓRIO FINAL DA FASE DE QUALIFICAÇÃO – Presente, para aprovação, o Relatório Final da Fase de Qualificação relativo à obra designada por Requalificação do Espaço Público na Zona de Couros – CAMPURBIS, que se dá aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

OBRAS PÚBLICAS – PLATAFORMA DAS ARTES – ADJUDICAÇÃO – Presente, para aprovação, o Relatório Final respeitante ao Concurso Público identificado em epígrafe, em anexo, propondo que a empreitada em epígrafe seja adjudicada ao concorrente Casais – Engenharia e Construção, SA”, pelo preço de €12.889.379,99 (doze milhões oitocentos e oitenta e nove mil trezentos e setenta e nove euros e noventa e nove cêntimos) + IVA para um prazo de execução de 395 dias, nos termos previstos no Caderno de Encargos. O referido relatório dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA,** Votaram contra os Vereadores José Manuel Antunes e André Coelho Lima, que apresentaram a seguinte **declaração de voto:** “Estamos perante um concurso público para realização de uma obra de elevadíssimo



vulto, uma obra apetecível e como tal geradora de enormes interesses e expectativas. Estamos perante o Relatório Final de um processo que, talvez precisamente pelo sobredito, foi sempre controverso, pouco claro e pouco gerador de consensos, inclusive nas apreciações técnicas e jurídicas em torno do mesmo. No final, as dúvidas mantêm-se e ainda se adensam. Vejamos: A imensidão de documentação e as centenas de páginas que enformam o presente Relatório Final e seus anexos, tornam particularmente difícil para olhar não técnico dilucidar as razões que estejam por trás de algumas das decisões tomadas pelo Júri, bem como, de algumas das reclamações apresentadas pelos concorrentes preteridos. No entanto, tem que despertar curiosidade, ainda que para um olhar não técnico, a circunstância de ter sido excluído um dos concorrentes, quando se tratava daquele cuja proposta, no que concerne ao factor preço, era a menor. Não sendo apenas a menor, mas sendo € 2,1 milhões inferior àquela que na opinião do Júri deve obter vencimento. Ou seja, um dos concorrentes, designadamente o consórcio ABB/BRITALAR, apresentava uma proposta que era € 2,1 milhões de euros inferior (€ 2.109.824,76) àquela para que nos propõem a adjudicação, à empresa CASAIS. Ora isto, já não é do domínio da técnica. Uma diferença desta natureza deve exigir dos políticos que procurem perceber o que justifica a exclusão de um concorrente, aceite na fase de prévia qualificação, sendo esse o concorrente que mais interessava ao Município. Do que estamos a falar é de interesse público. Do que estamos a falar é da boa gestão dos dinheiros públicos. A exclusão de um concorrente que apresenta um preço tão mais baixo que os restantes, tratando-se de um concorrente validado na fase de qualificação prévia, não pode ser assente em burocracias, quaisquer que elas sejam, não pode assentar em qualquer

argumentação técnica. Tem que assentar em motivos graves e gritantes, como o perigo de ruína na estrutura a edificar ou equivalente, enfim, em razões suficientemente sólidas para justificar um dispêndio de quase mais 20% (18,26%) do que seria necessário, quase mais 20% do dinheiro de todos nós. E quanto a nós, sem entrar em pormenores técnicos, diremos apenas que o argumento de exclusão não é suficientemente forte para justificar que o Município de Guimarães tenha que gastar mais € 2,1 milhões de euros. Nós vivemos num país pobre, com um povo a passar dificuldades tremendas, temos um concelho com enormes cifras de desemprego, estamos no meio de uma crise económica, política e financeira, como há muitos anos não sentíamos. E neste cenário, nós não podemos, responsavelmente, dizer às pessoas que gastamos mais €2,1 milhões de euros assentes em qualquer justificação da natureza formal ou burocrática! Nós, vereadores do PSD, não assumiremos esse ónus e essa responsabilidade. Respeitamos o dinheiro público, o dinheiro das pessoas, tanto quanto respeitamos o nosso próprio. Não viveríamos bem com as nossas consciências se tivéssemos que explicar que gastamos tanto dinheiro a mais porque alguém se esqueceu de preencher um papel, ou porque o preencheu erradamente. Sendo que, é importante referir que não está em causa a prática de qualquer ilegalidade. Trata-se de uma mera irregularidade face ao que consta no Caderno de Encargos. Trata-se de uma mera exigência do Caderno de Encargos insuficientemente elaborada, ou até deficientemente elaborada, mas será que isso justifica que Guimarães gaste tanto dinheiro a mais? Numa altura de crise e em que se exige contenção, particularmente aos mais pobres? Nestas coisas, basta que pensemos: algum privado deixava de adjudicar uma obra de construção da sua casa particular a um empreiteiro



20% mais barato, por qualquer falha no preenchimento de papéis? Este dinheiro, o dinheiro apenas da diferença, é de uma tal monta que dava para pagar, quase na totalidade a segunda edificação cultural da CEC/2012: a Casa da Memória. A Casa da Memória foi orçada em 2,3 milhões de euros. Estes 2,1 milhões de euros gastos a mais por causa de incumprimento de formalidades era suficiente para pagar a Casa da Memória, era suficiente para pagar os apoios sociais da Câmara por muito tempo, é o equivalente a todo o dinheiro dispensado para freguesias em protocolos, dava para distribuir mais de €15.000,00 a cada desempregado deste concelho, dava para construir duas escolas, dava para uma imensidão de necessidades, de carências verdadeiras no nosso concelho. Esta questão é uma questão política, não é uma questão técnica. Esta questão é uma questão de moralidade. Os documentos podem estar insuficientemente elaborados, ou até deficientemente elaborados, mas nada justifica que o dinheiro de uma Câmara que se diz em contenção seja desperdiçado com base em argumentos tão débeis. E o PSD não pode aprovar esta adjudicação – que é exclusivamente aquilo sobre que se delibera – por considerar insuficientes os argumentos utilizados, por considerar imoral gastar tanto dinheiro público, das pessoas, face a tão débil argumento. Pretendemos que os valores fiquem registados em acta, de forma perceptível, para memória futura: Proposta «CASAIS – Engenharia e Construção, S.A.»: €12.889.379,99 (+ IVA 6% - €773.363,80) = €13.662.743,79. Proposta consórcio «ABB – Alexandre Barbosa Borges, S.A. / BRITALAR – Sociedade de Construções, S.A.»: €10.898.980,22 + (IVA 6% - €653.938,81) = €11.552.919,03. Diferença: €2.109.824,76. Casa da Memória: €2,3 milhões de euros (-18,26%)". -----

OBRAS PÚBLICAS – BENEFICIAÇÃO DO ANTIGO CENTRO DE SAÚDE – RESCISÃO CONVENCIONAL DO CONTRATO DE EMPREITADA

– Presente a seguinte informação da Chefe da Divisão de Empreitadas: “Em 06 de Fevereiro de 2004, foi adjudicada à empresa “Casimiro Ribeiro & Filhos, Lda.”, a obra de “Beneficiação do Antigo Centro de Saúde” no valor de €104.732,35, mais IVA, que consistia fundamentalmente na recuperação das fachadas exteriores, reconstrução da cobertura com execução do respectivo tecto, entre outros trabalhos. Depois de iniciada a obra, cujo auto de consignação foi elaborado em 25 de Março de 2004, esta foi entretanto suspensa em 03 de Maio de 2004, por impossibilidade do cumprimento do projecto sem que se consolidasse a estrutura existente. Foram feitas prorrogações dessa suspensão na expectativa de que fossem apresentadas soluções técnicas que permitissem continuar com a obra adjudicada ou iniciar novo procedimento. Em 03 de Abril de 2006 e não sendo expectável a definição de uma solução para o problema foi, por despacho do Sr. Vereador Dr. Domingos Bragança datado de 19 de Abril de 2006, decidido instruir o processo com vista à resolução convencional do contrato. Nessa sequência, foi notificado o empreiteiro comunicando-lhe que a Câmara Municipal de Guimarães aceitaria pagar como única indemnização a quantia de €9.219,13 (nove mil duzentos e dezanove euros e treze cêntimos), sendo €8.730,49, relativos a 10% da diferença entre o valor dos trabalhos adjudicados de €104.732,35 e o valor dos trabalhos executados (trabalhos de contrato e trabalhos adicionais) de €17.697,50, nos termos do nº 2 do artigo 234.º do Decreto-Lei 59/99, de 2 de Março, e €488,64, correspondentes ao cálculo da revisão de preços em 2008. Esta indemnização cobriria todos “...os danos emergentes e dos lucros



cessantes que em consequência sofra...". Em resposta o adjudicatário veio manifestar a sua concordância com o valor apresentado, pelo que se torna agora necessário que a Câmara Municipal, enquanto dono da obra, autorize o pagamento desta indemnização ao adjudicatário, com vista à celebração do correspondente contrato de resolução convencional. Submete-se, assim, à consideração superior a apresentação de uma proposta para que a Câmara Municipal delibere o pagamento da quantia de €9.219,13 (nove mil duzentos e dezanove euros e treze cêntimos), à empresa "Cari – Construtores, SA", a título de indemnização pela impossibilidade de realização do objecto do contrato celebrado em 16 de Fevereiro de 2004". Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 07.01.03.07. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** ---

OBRAS PÚBLICAS – OBRAS REALIZADAS NAS INSTALAÇÕES DAS ESCOLAS DE SANTA LUZIA PARA A SERRALHARIA DA CÂMARA MUNICIPAL (SERRALHARIA DO PICOTO) – Presente

a seguinte informação da Chefe de Divisão de Empreitadas: "A intervenção de requalificação da Escola EB1 de Oliveira do Castelo implicou a transformação em espaço de recreio de uma parte do respectivo logradouro até então ocupada por uma serralharia municipal que, deste modo, teve que ser deslocalizada. Por se tratar de um espaço já ocupado por serviços municipais de oficina e armazém, entendeu-se que o local adequado para instalar tal serralharia seria o logradouro das antigas Escolas de Santa Luzia, junto à designada Serralharia do Picoto. Para o efeito foram realizadas, naquele espaço, obras de demolição da cobertura existente, de ampliação da estrutura de betão armado do edifício e da estrutura metálica da cobertura, de execução de novo pavimento térreo e de novo revestimento da cobertura em chapas

metálicas com isolamento, de execução de paredes exteriores em alvenaria de blocos e de paredes divisórias em alvenaria de tijolo, de execução de instalações sanitárias e de redes de saneamento, água e electricidade, bem como de carpintarias, serralharias e pinturas, que importaram num custo total de €55.559,55 + IVA. Sucede, porém, que o imóvel no qual foi realizada a obra pertence ao Estado desde 1922, estando a Câmara Municipal de Guimarães a promover junto da Direcção-Geral do Património uma negociação, por acordo, com vista à sua alienação a favor do Município. Assim, por tal imóvel não ser, ainda, pertença do Município, proponho que a Câmara Municipal autorize a realização desta despesa naquele espaço, importando num custo total de €55.559,55 (cinquenta e cinco mil quinhentos e cinquenta e nove euros e cinquenta e cinco cêntimos) + IVA. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE PARA AS SEGUINTE EMPREITADAS: PAVILHÃO DA EB 2,3 DE FERMENTÕES; PLATAFORMA DAS ARTES E REQUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO NA ZONA DE COUROS – CAMPURBIS – Presente a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Obras Municipais: “**1. Objecto:** Contratação dos serviços de Coordenação de Segurança e Saúde para as empreitadas referidas em epígrafe, dando cumprimento ao artigo 17.º do Decreto-Lei 273/2003. **2. Considerandos:** A execução das tarefas associadas aos serviços que se pretendem contratar requerem conhecimentos, formação especializados e experiência em Sistemas de Gestão de Coordenação de Segurança e Saúde para a fase de obra e legislação correlacionada; De acordo com informação do Departamento de Recursos Humanos



não existe possibilidade de satisfazer a necessidade de pessoal para este efeito com recurso ao actual quadro de pessoal nem com recurso a recrutamento em tempo útil; Trata-se de realização de trabalho não subordinado, não sendo possível o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público. **3. Proposta:** Submete-se à consideração superior que, ao abrigo do art.º 6.º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, a Câmara Municipal autorize a celebração do contrato de prestação de serviços de Coordenação de Segurança e Saúde para as empreitadas referidas em epígrafe, considerando os seguintes elementos: a) O objecto do contrato é a prestação de serviços de Coordenação de Segurança e Saúde para a fase de obra, das empreitadas supracitadas, cumprindo com as obrigações do Dono de Obra referida no artigo 17.º do Decreto-Lei 273/2003. b) A despesa total, considerando para o tempo estimado de duração de cada obra, será de €35.800,00 acrescido de IVA à taxa legal em vigor, subdividindo-se em €7.500,00 para a obra "Pavilhão da EB 2,3 de Fermentões"; €20.800,00 para a obra "Plataforma das Artes" e €7.500,00 para a obra "Requalificação do Espaço Público na Zona de Couros – Campurbis", acrescido de IVA à taxa legal em vigor. c) A despesa tem cabimento orçamental nas seguintes rubricas do PPI (Plano Plurianual de Investimentos) correspondentes ao ano de 2011: Pavilhão da EB 2,3 de Fermentões – 2.5.2.35; Plataforma das Artes – 2.5.1.24; Requalificação do Espaço Público na Zona de Couros – Campurbis – 2.4.2.14; d) O procedimento de formação do contrato deve ser mediante ajuste directo, com consulta a pelo menos 3 entidades, de acordo com o artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro – Código dos Contratos Públicos, que se passam a

descrever: Tabique Engenharia, Lda; Sexto Sentido, Lda; Rumo Coordenado, Lda". Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 13 e nas unidades económicas 07.01.03.02, 07.01.03.07 e 07.03.03.01. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. - RENOVAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO – DESENVOLVIMENTO E APROFUNDAMENTO DA CONTABILIDADE DE CUSTOS NO DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS** – Presente a seguinte informação do Director do Departamento de Obras Municipais: **1. Objecto:** renovação do contrato prestação de serviços, na modalidade de tarefa, referente ao desenvolvimento e aprofundamento do processo de "Contabilidade de Custos" no Departamento de Obras Municipais, com a empresa "XZ-Consultores, Lda." **2. Considerandos:** A execução das tarefas associadas aos serviços que se pretende renovar requer conhecimentos e formação especializados e experiência em Contabilidade, de forma a finalizar a tramitação processual da contabilidade de custos no Departamento de Obras Municipais, tendo sido inicialmente estimado o prazo de 4 meses. Ao longo deste período e à medida da execução das tarefas inerentes ao processo, verificou-se um volume de trabalho superior ao previsto, bem assim como algumas dificuldades, nomeadamente ao nível da conferência das afectações de custo, nos cálculos de afectação de tempos às obras, e ainda na aplicação informática de suporte e toda a tramitação da contabilidade de custos. Assim, considera-se necessária a renovação deste contrato pelo prazo de 2 meses; De acordo com informação do Departamento de Recursos Humanos não existe possibilidade de satisfazer a necessidade de pessoal para este efeito com recurso ao actual quadro de pessoal nem com recurso a recrutamento em tempo útil; Trata-se de realização de



trabalho não subordinado, não sendo possível o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público. **3. Proposta:** Submete-se à consideração superior que, ao abrigo do art.º 6.º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, a Câmara Municipal autorize a renovação do contrato *de prestação* de serviços, considerando os seguintes elementos: a) O objecto do contrato é a execução das tarefas inerentes à finalização do desenvolvimento e aprofundamento do processo de contabilidade custos no Departamento de Obras Municipais. b) A despesa estima-se em €1.930,00 (mil novecentos e trinta euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, considerando que será aplicada a redução remuneratória prevista art. 19.º da Lei nº 55-A/2010, de 31 de Dezembro. c) A esta despesa corresponde a declaração de cabimento nº 1374. d) O procedimento de formação do contrato deve ser mediante Ajuste Directo, ao abrigo da alínea a) do nº1 do artigo 20º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro - Código dos Contratos Públicos, renovando-se o contrato de prestação de serviços, na modalidade de tarefa, pelo prazo de 2 meses, celebrado com a empresa "XZ- Consultores, Lda.". e) Mais se informa que não existe relação ou participação entre a contraparte e ex-colaboradores do órgão ou serviço, bem como do respectivo cônjuge, algum parente ou afim em linha recta ou até ao 2º grau da linha colateral, ou de qualquer pessoa com quem viva em economia comum. f) Finalmente, informa-se que foi aplicada a redução remuneratória prevista no art. 19º da Lei nº 55-A/2010, de 31 de Dezembro, uma vez que o valor do contrato anterior, correspondia a €2.000,00 (dois mil euros), à qual foi aplicada uma taxa de redução de 3,5%, sendo agora de €1.930,00 (mil novecentos e trinta euros)". Esta despesa está cabimentada na

unidade orgânica 03 e na unidade económica 02.02.14.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

RENOVAÇÃO CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO – PRESTAÇÃO DE CONSULTADORIA JURÍDICA – APLICAÇÃO DO CÓDIGO DOS CONTRATOS PÚBLICOS – Presente a seguinte proposta do Vereador Domingos

Bragança: “**1. Objecto:** Renovação do contrato de prestação de serviços de consultadoria jurídica na aplicação do Código dos Contratos Públicos no Departamento de Obras Municipais, quer por contacto telefónico, quer via e-mail, com um recurso mínimo a textos escritos. O contrato de prestação de serviços em causa celebrado em 01 de Julho de 2010, com o Sr. Prof. Dr. António Miguel Ferro Catela Teixeira, terminou no passado dia 31 de Dezembro, e não podendo a Autarquia ficar privada deste tipo de serviços, foi solicitado ao Sr. Professor que mantivesse o serviço, de forma a acompanhar os procedimentos de contratação pública em curso no Departamento de Obras Municipais. **2.**

Considerando: Que a execução das tarefas associadas ao serviço que se pretende renovar requer conhecimentos, capacidade técnica e formação especializados, prontidão e disponibilidade imediata, assim como experiência na área da Contratação Pública, devido ao grau de complexidade e especificidade associado a estas tarefas; Que, tendo em conta o número de procedimentos a decorrer no Departamento de Obras Municipais, bem como as dúvidas frequentes na aplicação do Código dos Contratos Públicos que surgem à medida da respectiva tramitação procedimental, o Município não pode prescindir deste serviço, nem tem recursos humanos ou técnicos para o fazer directamente; Que se trata da realização de trabalho não subordinado, não sendo possível o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego



público. Após consulta, o prestador de serviços manifestou disponibilidade em continuar a prestar o serviço pelo mesmo valor, ou seja, €4.800,00 (quatro mil oitocentos euros), mais IVA, sobre a qual recairá a redução remuneratória prevista art. 19.º da Lei nº 55-A/2010, de 31 de Dezembro. **3. Proposta:** Submete-se à consideração superior que, ao abrigo do art.º 6.º, do Decreto-Lei nº 209/2009, de 3 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei nº 3-B/2010, de 28 de Abril, a Câmara Municipal autorize a renovação do contrato de prestação de serviços, considerando os seguintes elementos: a) O objecto do contrato é a prestação de serviços de consultadoria jurídica na aplicação do Código dos Contratos Públicos no Departamento de Obras Municipais, quer por contacto telefónico, quer via e-mail, com um recurso mínimo a textos escritos. b) A despesa estima-se em € 4.320,00 (quatro mil trezentos e vinte euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, considerando que será aplicada a redução remuneratória prevista art. 19.º da Lei nº 55-A/2010, de 31 de Dezembro. c) A esta despesa corresponde a declaração de cabimento nº 2269. d) O procedimento de formação do contrato deve ser mediante Ajuste Directo, ao abrigo da alínea a), do nº 1 do artigo 20º do Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro, renovando-se o contrato de prestação de serviços, celebrado com o Prof. Dr. António Miguel Ferro Catela Teixeira, Doutor em Direito, Presidente da Associação Fórum dos Mercados Públicos e especialista na área da Contratação Pública, pelo prazo de 6 meses, tendo em conta os conhecimentos demonstrados e reconhecidos a nível nacional, a prontidão e disponibilidade imediata demonstrada, e ainda a sua experiência profissional e académica na matéria em causa. e) Mais se informa que não existe relação ou participação entre a contraparte e ex-colaboradores do órgão ou serviço, bem como do

respectivo cônjuge, algum parente ou afim em linha recta ou até ao 2º grau da linha colateral, ou de qualquer pessoa com quem viva em economia comum. f) Finalmente, informa-se que foi aplicada a redução remuneratória prevista no art. 19º da Lei nº 55-A/2010, de 31 de Dezembro, uma vez que o valor do contrato anterior, correspondia a €4.800,00 (quatro mil oitocentos euros), à qual foi aplicada uma taxa de redução de 10,00 %, sendo agora de €4.320,00 (quatro mil trezentos e vinte euros)". Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 02.02.14. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Abstiveram-se os Vereadores José Manuel Antunes e André Coelho Lima, que apresentaram a seguinte **declaração de voto**: "Os vereadores do PSD abstiveram-se neste ponto por parecer estranho que havendo relações jurídicas de avença estabelecidas pelo Município de Guimarães, venham sendo recorrentes as adjudicações para prestação de serviços no âmbito de consultadoria jurídica, a diversos advogados, particularmente ao que ora se propõe. Sobretudo quando o âmbito da prestação de serviço proposta é para *"aplicação do Código dos Contratos Públicos no Departamento de Obras Municipais"* parecendo aos vereadores do PSD, no mínimo, estranho, que exista uma qualquer relação de avença estabelecida que não cubra esta que é uma área tão importante e quotidiana no funcionamento de qualquer Câmara Municipal. Para esclarecimento destas dúvidas demos já entrada a requerimento solicitando informações quanto aos advogados ou sociedades de advogados com relação jurídica de avença com o Município de Guimarães, e respectivos contratos. Deste modo, por nos parecer estranha esta necessidade, que já terá que necessariamente estar a coberto de uma relação jurídica de avença, e atendendo a que não temos, nesta data, disponível essa



informação, vão os vereadores do PSD abster-se neste ponto". ----

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO – PROJECTO DA ESTRUTURA HIDRÁULICA DA RIBEIRA DE COUROS NO TROÇO CORRESPONDENTE AO LARGO REPÚBLICA DO BRASIL E ANTIGA FÁBRICA FREITAS & FERNANDES – Presente a seguinte informação do Director do

Departamento de Projectos e Planeamento Urbanístico: “Na sequência de um procedimento concursal por ajuste directo foi adjudicada à PROJEGUI – Projectos de Construção Civil de Guimarães, Lda., a prestação/aquisição de serviços de da elaboração do projecto da estrutura hidráulica da ribeira de Couros correspondente ao Largo republica do Brasil e antiga Fábrica Freitas & Fernandes. No entanto, e porque ao não estava ainda clarificado se o tipo de contrato estava abrangido pela obrigatoriedade de parecer prévio do órgão executivo, de acordo com o disposto no art.º 6.º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, tal parecer não foi submetido à aprovação da Câmara Municipal. Em face do Orçamento de Estado para 2011, aprovado pela Lei nº 55-A/2010, de 31 de Dezembro, passou a considerar-se que todas as prestações e aquisições de serviços de consultadoria técnica, nas áreas jurídica, de arquitectura, de engenharia e de informática, devem ser objecto de autorização prévia do Órgão Executivo, pelo que deve ser ratificado o despacho de 27 de Janeiro de 2011 do Presidente da Câmara Municipal de Guimarães, que autorizou a abertura do presente procedimento, considerando os seguintes elementos: a) O objecto do contrato reporta-se à elaboração do projecto de uma estrutura hidráulica que, complementarmente ao traçado da ribeira de Couros no seu percurso original, potencie a regularização do

caudal desta linha de água, pressupondo: 1 - o desvio da linha de água dos edifícios a albergar os equipamentos previstos (e já em execução) na zona de Couros (projecto CAMPURBIS); 2 - o desvio da linha de água dos edifícios habitacionais que hoje registam a presença da ribeira de Couros sob os respectivos pavimentos térreos; 3 - a garantia de uma secção de vazão que possibilite um eficaz curso de água compatível com o volume de água em presença; 4 - a adequação e correcção de características de alguns pequenos troços (pendentes, curvas, ...) que inibem e prejudicam o "bom funcionamento" da ribeira de Couros. b) A despesa estima-se em €100.000,00, acrescido de IVA à taxa legal em vigor. c) A despesa tem cabimento orçamental na rubrica 2.4.6.28 correspondente ao ano de 2011. d) O procedimento de formação do contrato foi através de ajuste directo ao abrigo das alíneas C e E, número 1, artigo 24 do decreto-lei 18/08 (Em função da natureza, implicações com os projectos já elaborados para a zona de Couros e prazo de execução da obra em causa (necessariamente compatível com a obra de requalificação do espaço público da zona de Couros a iniciar brevemente – refere-se também que a obra de requalificação do espaço público só será possível executar após a intervenção global sob o solo, o que implica a mais rápida execução possível do projecto em causa), pelo conhecimento que detém sobre a área de intervenção e pela autoria do projecto infraestrutural do espaço público (que melhor habilita a promover a melhor compatibilização das infra-estruturas existentes e projectadas), entende-se que a empresa PROJEGUI-Projectos de Construção Civil, Lda., é aquela que melhor se encontrará habilitada a executar o trabalho em causa, situação essa que encontra enquadramento legal na disposição legal do Código de Contratação pública atrás mencionada). e) Mais se



informa que não existe relação ou participação entre a contraparte e ex-colaboradores do órgão ou serviço, bem como do respectivo cônjuge, algum parente ou afim em linha recta ou até ao 2º grau da linha colateral, ou de qualquer pessoa com quem viva em economia comum. f) Finalmente, informa-se que será aplicada a redução remuneratória prevista no art. 19º da Lei nº 55-A/2010, de 31 de Dezembro". Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 07.01.13. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO – REQUISIÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORMAÇÃO PARA DIRIGENTES DO TERCEIRO SECTOR (INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE SOLIDARIEDADE SOCIAL) – Presente a seguinte informação da Chefe da Divisão de Acção Social: "**1. Objecto:** Seminário de Sensibilização " Como Gerir bem a sua instituição". **2. Considerandos:** A execução das tarefas associadas aos serviços que se pretendem contratar requerem conhecimentos e formação especializados e experiência em Gestão Económica e Financeira de Instituições Sociais e Processos de Qualidade e Comunicação das instituições sociais; De acordo com informação do Departamento de Recursos Humanos não existe possibilidade de satisfazer a necessidade de pessoal para este efeito com recurso ao actual quadro de pessoal nem com recurso a recrutamento em tempo útil; Trata-se de realização de trabalho não subordinado, não sendo possível o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público. **3. Proposta:** Submete-se à consideração superior que, ao abrigo do art.º 6.º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, a Câmara Municipal autorize a celebração do contrato de prestação de

serviços, considerando os seguintes elementos: a) O objecto do contrato é a realização da formação “ Como Gerir Bem a Sua Instituição”, dirigido aos responsáveis e directores técnicos das instituições de solidariedade social do concelho, no dia 31 de Março, das 14h00 às 18h00. A formação será composta por 4 módulos: Valores nas empresas e valores das instituições; Processos de Qualidade e Comunicação; Gestão Económica e financeira e Principais ideias do Manual “Como gerir bem a sua instituição”; b) A despesa estima-se em €750,00 acrescido de IVA à taxa legal em vigor. c) A despesa tem cabimento orçamental na rubrica 2.3.2.0401/2010-1, correspondente ao ano de 2011. d) O procedimento de formação do contrato deve ser mediante Ajuste Directo à empresa OMNISINAL, uma vez que tem experiência reconhecida na área dos conteúdos previstos na formação. *(Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro - Código dos Contratos Públicos)*, e) Mais se informa que não existe relação ou participação entre a contraparte e ex-colaboradores do órgão ou serviço, bem como do respectivo cônjuge, algum parente ou afim em linha recta ou até ao 2º grau da linha colateral, ou de qualquer pessoa com quem viva em economia comum. f) Finalmente, informa-se que foi aplicada a redução remuneratória prevista no art. 19º da Lei nº 55-A/2010, de 31 de Dezembro. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 13 e na unidade económica 02.02.25. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO – GESTÃO CORRENTE DO PARQUE DE CAMPISMO DA PENHA – PROLONGAMENTO DO CONTRATO DE GESTÃO CORRENTE – Presente a seguinte informação do Departamento de Juventude, Educação e Cultura: “**1. Objecto:** Gestão corrente do Parque de Campismo da Penha. Na sequência de um



procedimento por ajuste directo com convite a cinco entidades, foi adjudicada à Turipenha a prestação de serviços de gestão corrente do Parque de Campismo da Penha durante o ano de 2010, pelo preço mensal de €6.000,00 + IVA. Estando os Serviços a preparar uma proposta que visava alterar substancialmente o novo caderno de encargos, designadamente em termos do período temporal desta prestação de serviços e de vários outros aspectos do seu conteúdo, foi este trabalho interrompido pela súbita doença e baixa médica prolongada da responsável técnica do processo do Parque de Campismo da Penha. Entretanto, tal responsável, apesar de ainda ausente, alertou os Serviços para a necessidade de procurar uma solução que assegure a continuidade da gestão corrente do Parque de Campismo, até que a Câmara esteja em condições de lançar um novo procedimento com vista a adjudicar este serviço. Importaria assim, e de forma urgente, cuidar de assegurar a gestão corrente do Parque de Campismo, até à abertura e adjudicação do novo procedimento. Refira-se que o contrato de prestação de serviços com a Turipenha terminou no passado dia 31 de Dezembro, e não podendo a Autarquia ficar privada deste tipo de serviços, foi solicitado à referida Cooperativa que mantivesse o serviço de gestão, por impossibilidade de suspensão do serviço que levaria, indubitavelmente, a problemas de segurança e manutenção do Parque de Campismo da Penha. Assim considerando que: a Turipenha tem já uma longa experiência na prestação deste serviço ao Município; que esta Cooperativa, a pedido do Município, manteve a prestação de serviços desde 31 de Dezembro passado; que, após consulta, manifestou intenção de continuar a prestar o serviço pelo mesmo valor que vem praticando desde o início do Protocolo (Janeiro de 2010), que importa numa quantia mensal de €6.000,00 + IVA;

que o Município não pode prescindir deste serviço, nem tem recursos humanos ou técnicos para o fazer directamente; que seria recomendável que, sem prejuízo da abertura do novo procedimento, a sua adjudicação não tivesse lugar em plena época turística alta, com o parque de campismo já em funcionamento, o que, caso o adjudicatário seja diferente do actual, originaria por certo um desfasamento que prejudicaria os respectivos utentes; **3.**

Proposta: Submete-se à consideração superior que, ao abrigo do art.º 6.º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, a Câmara Municipal autorize a celebração de contrato que garanta a prestação deste serviço durante o período necessário à abertura e adjudicação de novo procedimento, que se estima num prazo máximo de 9 meses, com início em Janeiro de 2011, adjudicando, através de um ajuste directo à Cooperativa Turipenha, a prestação deste serviço, ao abrigo da al. c) do n.º 1, do art.º 24.º do Código dos Contratos Públicos, considerando os seguintes elementos: a) O objecto do contrato é a gestão corrente do Parque de Campismo da Penha, contemplando: i) TAREFAS A ASSEGURAR DURANTE O PERÍODO DE ENCERRAMENTO – Limpeza e manutenção do PCP, designadamente no tocante à vegetação; Notificação atempada à Câmara Municipal de Guimarães (CMG) no tocante a tarefas que envolvam necessariamente o Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente ou o Departamento de Obras Municipais; Vigilância e segurança; Verificação e preparação de todos os equipamentos para o período de funcionamento. ii) TAREFAS A ASSEGURAR DURANTE O PERÍODO DE FUNCIONAMENTO - A entidade adjudicante deverá assegurar todos os serviços a seguir detalhados: 1. Gestão - assegurar, por meios próprios ou através de contrato a estabelecer com entidades terceiras, o



funcionamento do bar e do minimercado durante o período de funcionamento; articular todos os serviços, nomeadamente recepcionistas, porteiro, vigilantes e pessoal de limpeza, para que o funcionamento do parque decorra normalmente; assegurar que o regulamento do parque seja cumprido, quer pelo pessoal quer pelos utentes; recolher e entregar, diariamente, nos serviços de tesouraria da CMG os valores relativos às estadias de campistas no Parque; assegurar que os horários estipulados para os vários serviços sejam escrupulosamente cumpridos; fazer controlo diário da água da piscina; contactar, em caso de emergência, as autoridades competentes, nomeadamente, Bombeiros, Polícia de Segurança Pública, Polícia Municipal ou outras, dando de seguida conhecimento dessa ocorrência à CMG; comunicar à CMG todas as incidências que ocorram dentro do Parque ou no exterior, caso envolvam campistas ou pessoal de serviço; 2. Recepção – fornecer e solicitar toda a documentação inerente ao seu registo e disponibilizar todas as informações inerentes ao funcionamento do Parque, nomeadamente horários, preços, regulamento interno e outras informações; proceder à emissão do documento comprovativo de pagamento das taxas de permanência no PCP; transmitir ao pessoal de serviço na portaria indicações sobre a movimentação dos campistas, entrada e ou saída; guardar e proceder ao registo, em livro apropriado, de todos os artigos encontrados no interior do parque; comunicar ao encarregado do parque ou, na sua ausência, à CMG, qualquer ocorrência que possa perturbar o normal funcionamento do PCP; contactar, em caso de emergência e na ausência do encarregado do parque, as autoridades competentes, nomeadamente Bombeiros, P.S.P., Polícia Municipal ou outras, dando de seguida conhecimento dessa ocorrência ao encarregado e à CMG; cumprir escrupulosamente o

horário de trabalho e nunca abandonar o posto de trabalho sem ser substituído; 3. Vigilância de portaria e piscina - receber da recepção ou encarregado, indicações sobre o local a ocupar, no caso de entrada de novo utente; não permitir o acesso ao parque ou qualquer uma das suas valências - piscina, bar, minimercado e sanitários - de pessoas estranhas ao parque (não campistas); auxiliar o encarregado, recepcionistas e restante pessoal de serviço em tarefas para as quais seja requisitado, nomeadamente, na recolha e transporte do lixo dos vários baldes e papeleiras espalhados pelo parque para o "molok" existente junto do portão norte; proceder à ligação dos cabos de alimentação eléctrica para tendas, caravanas ou autocaravanas ao quadro eléctrico; verificar se, no momento da saída definitiva de campistas, os espaços desocupados ficam limpos; não permitir a entrada no parque de viaturas não autorizadas; não permitir o estacionamento de viaturas, no interior do parque, em locais não autorizados; comunicar ao encarregado do parque ou na sua ausência à recepção qualquer ocorrência que possa perturbar o normal funcionamento do parque; cumprir escrupulosamente o horário de trabalho e nunca abandonar o posto de trabalho sem que tenha sido substituído. 4. Vigilância - efectuar as rondas periódicas de forma a evitar a entrada de intrusos no recinto do parque; assegurar que não haja barulho que perturbe o descanso dos utentes do parque; não permitir a circulação no interior do parque, durante a noite, de qualquer veículo; comunicar às autoridades, nomeadamente à Polícia, qualquer movimentação estranha que se verifique no exterior do parque; em caso de emergência, contactar as entidades competentes, bombeiros, PSP, Polícia Municipal ou outras e comunicar com o encarregado do parque; assegurar que o regulamento interno seja cumprido; comunicar, ao encarregado



do parque ou, na impossibilidade, à recepção, qualquer ocorrência que possa perturbar o normal funcionamento do parque; verificar que o horário de encerramento do bar seja cumprido; cumprir escrupulosamente o horário de trabalho e nunca abandonar o posto de trabalho sem comunicar ao encarregado ou, na sua ausência, ao recepcionista de serviço; 5. Limpeza – proceder à limpeza diária da recepção, balneários, bancas para limpeza de louça, zona de lavagem de roupa, varanda e escadas da casa abrigo e arruamentos; proceder à desinfecção dos balneários; cumprir as instruções recebidas pelo encarregado do parque ou pessoal da recepção; auxiliar o encarregado do parque na recolha e transporte do lixo dos vários baldes e papeleiras espalhados pelo parque para o “molok” existente junto do portão norte; comunicar ao encarregado do parque ou, na sua ausência, à recepção, qualquer ocorrência que perturbe o normal funcionamento do parque. b) A despesa estima-se em €48.600,00, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, considerando que será aplicada a redução remuneratória prevista art. 19.º da Lei nº 55-A/2010, de 31 de Dezembro. c) A despesa tem cabimento orçamental na rubrica 07020225, correspondente ao ano de 2011. d) O procedimento de formação do contrato deve ser mediante ajuste directo, ao abrigo da al. c) do n.º 1, do art.º 24.º do Código dos Contratos Públicos, à Cooperativa Turipenha, CIPRL. e) Mais se informa que não existe relação ou participação entre a contraparte e ex-colaboradores do órgão ou serviço, bem como do respectivo cônjuge, algum parente ou afim em linha recta ou até ao 2º grau da linha colateral, ou de qualquer pessoa com quem viva em economia comum. f) Finalmente, informa-se que foi aplicada a redução remuneratória prevista no art. 19º, da Lei nº 55-A/2010, de 31 de Dezembro, uma vez que o valor da prestação mensal, no contrato anterior,

correspondia a €6.000,00, à qual foi aplicada uma taxa de redução de 10%, sendo agora de €5.400,00/mês”. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07 e na unidade económica 02.02.25. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. O Vereador André Coelho Lima solicitou que a sua intervenção sobre esta proposta ficasse transcrita em acta:** Recordou que, quando em 1995 a Câmara Municipal adquiriu 50% do terreno do actual parque, na altura pertencente à Irmandade da Penha, foi com o objectivo de fazer «o melhor Parque de Campismo da Europa», nas palavras do Presidente de Câmara, à época. Prosseguiu, dizendo que, entretanto, volvida mais de uma década sem que o Parque de Campismo avançasse, foi ainda recentemente constituída a empresa MUVIPAR, tendo como um dos seus objectivos requalificar o Parque de Campismo da Penha. Continuou, referindo que após as divergências, avanços e recuos em torno da MUVIPAR, o Parque de Campismo continua à espera da prometida requalificação, adiada há mais de 15 anos. Lembrou que este Parque de Campismo é um dos poucos parques de campismo de montanha, até no contexto europeu, pelo que o adiamento da sua requalificação é o adiamento de um projecto que é importante para Guimarães, e é muito importante para o turismo de Guimarães, como um incentivo à sua diversidade e ao consequente incremento da fixação de turistas. Recordou, ainda, que numa altura em que Guimarães será Capital Europeia da Cultura, era extremamente importante que o Parque de Campismo da Penha, local perfeito para quem queira visitar Guimarães em cenário de natureza, estivesse devidamente requalificado, apto a cativar os visitantes que em 2012 serão, necessariamente, em número superior ao dos anos antecedentes e subsequentes. Assim, questionou ainda a Câmara acerca de quais teriam sido as



cinco entidades convidadas com vista à adjudicação por ajuste directo. E, por último, manifestou que deveria ser ponderada uma extensão do período de abertura do parque, uma vez que num país com clima mediterrânico como Portugal, não se justifica a abertura do Parque de Campismo da Penha apenas no período de Verão (Maio a Outubro). -----

SOCIEDADE "AVEPARK – PARQUE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, S.A." – AUMENTO DE CAPITAL – Presente a

seguinte proposta do Vereador Domingos Bragança: "Inaugurado em Setembro de 2008, a Avepark – Parque de Ciência e Tecnologia, S.A., adiante designado por AVEPARK, tem como objectivo estratégico central, a promoção da interacção entre a comunidade científica e tecnológica, nomeadamente de entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional (SCTN) e o meio empresarial. Fortemente associado às valências de conhecimento e investigação da Universidade do Minho, mas com orientação para o mercado e para o acolhimento de estratégias empresariais intensivas em conhecimento, a AVEPARK apresenta-se como uma infra-estrutura âncora e multifuncional de apoio à promoção e valorização económica de actividades de I&D de nível nacional, localizado na região Norte. A AVEPARK está assim vocacionado para acolher num mesmo espaço físico centros de produção de conhecimento e I&D de matriz universitária e empresarial, bem como empresas em fase de arranque por via de serviços de apoio à incubação e empresas de base tecnológica, industriais ou de serviços. Tendo iniciado o seu processo de infra-estruturação básica em 2005 (com o apoio do Programa PRIME do QCA III, Acção D da Medida de *Apoio à Criação de Novas Infra-estruturas Tecnológicas*), o AVEPARK apresenta-se hoje um projecto muito promissor – com massa crítica de excelência instalada – ao serviço

da facilitação de cruzamentos virtuosos entre a base económica tradicional e emergente, por um lado, e a base de conhecimento e I&D, por outro. A nível institucional e organizacional, o AVEPARK tem representado uma plataforma de entendimento e concertação estratégica nestes domínios – espelhado nos esforços conjuntos de diversas entidades nacionais e regionais na consolidação de um conjunto de serviços e acções partilhadas – apresentando-se como uma referência ao serviço da construção e dinamização de um sistema regional de inovação no Norte. Após este primeiro esforço de infra-estruturação básica, de implementação dos primeiros utentes, entidades “âncora” e provisão de uma gama diversa de serviços avançados, a AVEPARK encontra-se em fase de consolidação das suas infra-estruturas físicas e organizacionais. O edifício principal encontra-se em funcionamento com serviços administrativos e já 16 micro e pequenas empresas instaladas. Desde final de 2007 que se encontra concluído o edifício do futuro Centro de Excelência Europeu de Engenharia de Tecidos e Medicina Regenerativa e sede do grupo de excelência “3Bs”. A Spinpark (incubadora de empresas da Universidade do Minho), localizada no parque, iniciou a sua actividade recentemente, e acolhe já as primeiras “start-ups” de base tecnológica. Durante o ano de 2010, desenvolveu-se a instalação progressiva da comunidade científica (uma massa muito significativa de 150 investigadores, provenientes de outros centros europeus de excelência, em carácter de rotatividade). Tal como nos casos de melhores práticas internacionais, a Sociedade Anónima “AVEPARK – Parque de Ciência e Tecnologia. S.A.”, com um capital social de €1.533.716,00, encontra-se estruturada num modelo de “triple helix”, i.e., resultando de uma parceria estável e envolvimento activo entre entidades produtoras de conhecimento (Universidade



do Minho – 10,50%), entidades ligadas ao mundo empresarial (Associação Industrial do Minho – 6,60%) e autoridades locais/regionais (Câmara Municipal – 70,50% e Associação Comercial de Guimarães – 1,90 %), tendo ainda como seu accionista a Associação Parque de C&T do Porto – 10,50%). A presença destas entidades no AVEPARK assegura a possibilidade de trabalhar em conjunto o desenvolvimento de actividades emergentes associadas às competências da Universidade, bem como o seu cruzamento com o *upgrading* de sectores da base económica tradicional. Neste contexto e na persecução dos objectivos enumerados, a AVEPARK pretende dotar a região de uma infra-estrutura funcional que acolha, apoie e promova actividades de I&D com uma abrangência nacional. De realçar o posicionamento liderante da Câmara Municipal de Guimarães no apoio ao projecto e consciente do potencial de expansão da vertente de investigação e desenvolvimento inerente ao projecto da Universidade do Minho, instituição de valências reconhecidas no meio científico. A tipologia destes projectos assenta em projecções económico-financeiras com horizontes temporais de 20 anos, o que obriga a um esforço financeiro nos primeiros anos e a recursos sucessivos de aumento de capitais próprios, tendo em vista o apoio ao tipo de empresas a localizarem-se no Avepark. Pelo acima exposto e tendo em conta que durante o exercício dos anos de 2007, 2008 e 2009 foram cobrados €62.143,10 (sessenta e dois mil cento e quarenta e três euros e dez cêntimos) ao AVEPARK, a título de Imposto Municipal sobre Imóveis, vem aquela entidade solicitar o apoio da autarquia para fazer face às despesas com o funcionamento da empresa, no valor correspondente a este pago a título de IMI: Como forma de apoio a esta empresa propõe-se, assim, que a Câmara Municipal aprove

a realização de um aumento da participação do Município de Guimarães no capital social daquela empresa, no valor de €62.143,10 (sessenta e dois mil cento e quarenta e três euros e dez cêntimos), correspondente ao valor por ela pago por IMI, nos anos de 2007 a 2009”. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 01.01 e na unidade económica 09.07.02. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA SUBMETER A APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** Abstiveram-se os Vereadores José Manuel Antunes e André Coelho Lima. Votou contra o Vereador José Torcato Ribeiro. Os Vereadores José Manuel Antunes e André Coelho Lima apresentaram a seguinte **declaração de voto**. “Os vereadores do PSD abstiveram-se neste ponto da ordem de trabalhos por considerarem injustificada e desarticulada esta participação no aumento de capital da sociedade «AvePark – Parque de Ciência e Tecnologia», atentos os motivos expostos. O único motivo avançado no explicativo constante da deliberação é o pagamento do IMI da sociedade AvePark relativo aos anos 2007, 2008 e 2009. Ora, na opinião dos vereadores do PSD, não se compreende esta benesse dispensada a uma sociedade que não obstante a sua importância para o concelho de Guimarães, deveria ter já uma gestão que lhe permitisse uma situação financeira para, ao menos, poder conseguir pagar os seus impostos municipais. Nem se compreende a situação de injustiça causada a muitos proprietários, empresas e particulares, que não recebem do Município isenções de pagamento do IMI como se verifica, ainda que *a posteriori*, à sociedade AvePark. Não é possível que, politicamente, a Câmara esteja constantemente com manifestações de gáudio quanto à actuação do AvePark, criando na população uma ideia de que se trata de um investimento reprodutivo e com amplo sucesso, e afinal, a sociedade gestora do



AvePark não tem tampouco meios para assegurar o pagamento de impostos, como a maioria das empresas, sendo depois subsidiada pela Câmara para o fazer. Por outro lado ainda, a forma alcançada pelo Município para isentar o AvePark do pagamento de IMI – um aumento de capital – implica uma mexida na estrutura accionista da sociedade, pois tratando-se de um aumento de capital, todas as restantes sociedades que participam no capital do AvePark deveriam igualmente participar neste aumento de capital, o que não sucede. Ora, não sucedendo, isto implica que a posição relativa do Município de Guimarães (importante uma vez que se trata de accionistas institucionais como a Universidade do Minho) fica desarticulada dos demais accionistas, desequilibrando a estrutura accionista do AvePark, apenas para isentar de pagamento de IMI esta sociedade de capitais públicos. O voto apenas não foi contra, atentos os motivos invocados pelo Presidente de Câmara relacionados com a importância estratégica do AvePark, e com o compromisso de que esta é uma situação excepcional, que não terá seguimento nos anos subsequentes, daí a opção pela abstenção, pois os vereadores do PSD mantêm a sua censura quanto à subsidiação encapotada do AvePark, isenção injustifica do IMI *a posteriori*, e aumento de capital tendencialmente desequilibrador da estrutura accionista”. **O Vereador José Torcato Ribeiro apresentou a seguinte declaração de voto:** “Voto contra a atribuição de um aumento de capital do Avepark porque discordo do principio que lhe está associado. No enunciado é, claramente, proposto um aumento de capital num valor igual ao montante do IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis de 2007, 2008 e 2009, como forma de apoio a esta empresa para fazer face às suas despesas. Ou seja, estamos perante uma filosofia que aponta para o perdão de impostos como

forma de viabilizar financeiramente o funcionamento de algumas empresas. E eu não posso concordar com este princípio, que é injusto para as outras empresas e para quem paga impostos neste país. Não teria qualquer dificuldade em aprovar um aumento de capital, sem este pressuposto, porque considero que este tipo de empresas com participação pública como o Avepark, são extremamente importantes para revitalizar, dinamizar e modernizar o tecido empresarial da nossa região". **O Presidente da Câmara e os Vereadores Domingos Bragança e César Machado não participaram na discussão e na votação da proposta, por pertencerem aos órgãos sociais da sociedade AVEPARK.** -----

PROTÓCOLOS – PROTOCOLO A CELEBRAR COM JUNTAS DE FREGUESIA – LIMPEZA DE TERRENOS COM REBANHOS –

Presente a seguinte proposta da Vereadora Alexandra Gesta: "No âmbito da actuação do MAPa2012, e no seguimento das reuniões de trabalho com as Juntas de Freguesia do concelho de Guimarães foram identificadas as Juntas de Freguesia interessadas em participar numa experiência-piloto que consiste na utilização de rebanhos de cabras como meio economicamente sustentável para limpar e manter limpos espaços públicos da sua competência. Trata-se de uma prática já implementada noutros países, nomeadamente da Europa, com bons resultados. As Juntas de Freguesia interessadas em participar neste projecto são: Airão São João Baptista. Aldão, Atães, Barco S. Cláudio, Briteiros Salvador, Candoso S. Martinho, Creixomil, Longos, Mesão Frio, Pinheiro, Polvoreira, Selho S. Jorge e Selho S. Cristóvão. A Câmara Municipal atribuirá a cada freguesia um montante de cerca de €450,00, destinado a comparticipar a aquisição dos animais para a concretização deste projecto. Submete-se, assim, a aprovação da



Câmara Municipal, ao abrigo da al. b) do n.º 6 do art.º 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a celebração de um Protocolo com cada uma das Freguesias atrás mencionadas, onde constam os termos e condições em que este projecto será desenvolvido, conforme minuta que se junta em anexo como doc. 1". A minuta do protocolo dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Abstiveram-se os Vereadores José Manuel Antunes e André Coelho Lima. **O Vereador André Coelho Lima solicitou que a sua intervenção sobre esta proposta, que leu em voz alta, ficasse registada em acta:** "Embora não dominem os vereadores do PSD a disciplina da Zootecnia, e atendendo a que a Câmara se prepara para gastar €5.850,00 em cabras, este protocolo merece-nos alguns comentários e a partilha de algumas preocupações. Não desconhecemos, obviamente, o pioneirismo de algumas medidas ambientais que vêm sendo tomadas com recursos aos caprinos, como nas Serras d'Aire e Candeeiros em que as cabras foram utilizadas para salvar da extinção potencial a gralha-de-bico-vermelho, ou no projecto transfronteiriço para limpeza da mata e prevenção de incêndios, ou até a licenciatura em pastorícia atribuída pela Universidade da Estremadura (Espanha), e que tanta falta nos fará para implementação desta medida. No entanto, este Protocolo das Cabras suscita-nos algumas dúvidas relacionadas com a efectiva utilidade dos caprinos, e a regulamentação da sua utilização, que não vemos esclarecidas no protocolo: 1 - Como se explica a realização daquilo que designam como uma "experiência-piloto" em 13 freguesias do concelho, quase 20% do terreno não urbano? 2 - Com que critério foram escolhidas as 13 freguesias que celebrarão o protocolo? 3 -

Como se explica a circunstância da freguesia de Creixomil estar abrangida no raide de cabras que cobrirá o nosso concelho? 4 - Porque foi definido o número de 9 cabras a atribuir a cada freguesia, número esse, dogmatizado na alínea c) do nº 1 da cláusula 3ª do Protocolo? Foi com base em preocupações com o equilíbrio cinegético? 5 - Porque não se encontra a proposta acompanhada da devida fundamentação pecuária e de salubridade pública? Do parecer de veterinários ou de técnicos que possam avaliar a pretensão aqui manifestada? 6 - Quem ficará com o encargo do pastoreio? A Junta de Freguesia? E se não houver pastores interessados, será o próprio Presidente da Junta que deverá assumir a função de pastor? 7 - E se a Junta não encontrar um pastor depois da Câmara oferecer as cabras? Qual a consequência para as Juntas? Podem os animais ser reutilizados para fins diversos, designadamente alimentares? 8 - O curral dos caprinos fica a cargo da Junta de Freguesia? 9 - E as crias e o leite, podem ser vistos como receitas próprias das Juntas de Freguesia? 10 - Passará a ser encargo das Juntas de Freguesia subscritoras o custeio do veterinário, curral, crossa e cajado? 11 - No nº 2 da cláusula 3ª diz-se que "*Cabe à JUNTA a gestão e o registo da actividade do rebanho através da quantificação dos metros quadrados de área limpa pelo rebanho, apresentada por escrito, com periodicidade trimestral, acompanhada por fotografias, via e-mail*". O que justifica esta exigência? 12 - Terá o pastor que possuir formação em fotografia? 13 - Estará determinado para as cabras uma taxa de rendimento determinado em m2/dia de mato comido? 14 - E qual a consequência para a Junta de Freguesia se este relatório não for apresentado em tempo? 15 - Qual o alcance pretendido com esta limpeza de mata se, nos termos do protocolo, só os espaços e terrenos públicos



podem ser limpos pelo serviço caprino da Junta de Freguesia? 16 - As cabras podem actuar sobre os *maninhos*? Não podem as cabras intervir em terrenos privados? Se não puderem, como parece resultar do protocolo, não se perderá o efeito prático de limpeza pretendido? 17 - E quem é responsável pelos dejectos deixados nos percursos até ao local de trabalho das cabras? Atenta a exigência que se faz quanto ao civismo dos proprietários de canídeos? Por último, uma sugestão: Na esteira desta iniciativa ambiental pioneira e em face, não apenas do equilíbrio cinegético como sobretudo do embelezamento dos edifícios do centro da cidade, porque não estabelecer um protocolo com as Juntas de Freguesia da cidade com vista à aquisição de falcões para erradicar as pombas dos nossos edifícios? Medida experimentada com amplo sucesso na cidade de Nova Iorque. Fica a sugestão". --

ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO VALE DO AVE – ESTAÇÃO DE TRIAGEM E ECOCENTRO – GUIA DE DÉBITO DE OUTUBRO A DEZEMBRO 2009

– Presente a seguinte informação do Chefe de Divisão de Salubridade e Ambiente: "A Associação de Municípios do Vale do Ave (AMAVE), remeteu as Guias de Débito 2/116/2010 da Estação de Triagem e 2/110/2010 do Ecocentro, correspondente aos pagamentos dos meses de Outubro, Novembro e Dezembro de 2009. A AMAVE tem um contrato de concessão do SIRVA, no domínio dos Resíduos Sólidos Urbanos do Vale do Ave, com a empresa SUMA, com validade até Outubro de 2009. O contrato de concessão tem por objecto "o serviço público de recolha, transporte, armazenamento, tratamento, valorização e eliminação dos resíduos sólidos urbanos, gerados nas áreas dos municípios utilizadores". Em reunião de Câmara de 19 de Julho de 2007, foi deliberado o pagamento à AMAVE, da Estação de Triagem, Ecocentros, Aterro Sanitário de Santo Tirso, BRS3 e

Refugo depositados em aterro no ano 2007 até ao novo contrato em 2009. Em reunião da Câmara Municipal, realizada em 12 de Maio de 2009 e Assembleia Municipal realizada em 29 de Junho de 2009, foi deliberada a adesão ao Sistema Municipal de Triagem, Recolha, Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos do Norte Central – RESINORTE. Em reunião realizada em 21 de Janeiro de 2010, a Câmara Municipal deliberou ratificar o Contrato de Entrega e Recepção de Resíduos Sólidos Urbanos e de Recolha Selectiva para valorização, tratamento e destino final, a celebrar com a RESINORTE, SA, no dia 31 de Dezembro de 2009. Nesta conformidade, a AMAVE estabeleceu um contrato com a SUMA, garantindo a gestão do SIRVA, no domínio dos Resíduos Sólidos Urbanos do Vale do Ave, no período de Outubro a Dezembro de 2009. Face ao exposto, submete-se a proposta para aprovação das despesas referentes ao período de Outubro a Dezembro de 2009 da Estação de Triagem – €80.620,87 e Ecocentro – €30.620,87, correspondendo à percentagem imputada ao Município de Guimarães”. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 01.03 e na unidade económica 04.05.01.04.

DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA. Votaram contra os Vereadores José Manuel Antunes e André Coelho Lima. -----

ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO VALE DO AVE – PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE LIMPEZA DA VIM – GUIA DE DÉBITO – Presente a seguinte informação do Chefe de Divisão de Salubridade e Ambiente: “A Associação de Municípios do Vale do Ave (AMAVE) solicitou em Agosto de 2009, a colaboração da Câmara Municipal para a limpeza da vegetação herbácea e arbustiva dos taludes, bem como a remoção de terra das valetas, no troço da Via Intermunicipal que corresponde ao concelho de Guimarães, abrangendo as freguesias de Lordelo, Guardizela e



Serzedelo. Foi assinado um protocolo com o Estabelecimento Prisional de Guimarães para que uma equipa de reclusos fosse deslocada/transportada, diariamente, por uma viatura da Câmara Municipal de Guimarães, para a execução dos trabalhos. De acordo com o projecto, os trabalhos iniciaram-se em Novembro de 2009 e terminaram em Abril de 2010, numa extensão de 12 Km (6 Km para cada lado). Neste contexto, submete-se à apreciação da Câmara, o pagamento da Guia de Débito acima mencionado no valor de €13.266,35, que inclui salários e subsídios de refeição dos reclusos". Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 01.03 e na unidade económica 04.05.01.04. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Votaram contra os Vereadores José Manuel Antunes e André Coelho Lima. -----

ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO VALE DO AVE – PAGAMENTO DAS VIATURAS DE RECOLHA DE RESÍDUOS URBANOS – GUIA DE DÉBITO – Presente a seguinte informação do Chefe de Divisão de Salubridade e Ambiente: "A AMAVE, em 2002, submeteu à Comissão Europeia a aprovação do financiamento pelo Fundo de Coesão do Projecto SIRVA – 3ª fase, enquadrando a aquisição de 6 viaturas para a recolha e transporte de resíduos sólidos urbanos. O fundo de Coesão estabeleceu um financiamento de 81% do valor da aquisição das viaturas, ficando os restantes 19% ao encargo dos respectivos municípios. Decorrente da Decisão do Conselho Intermunicipal para o Ambiente da AMAVE que destinou três viaturas para o Município de Guimarães, procedeu esta à liquidação de 19% das três viaturas, correspondente aos encargos no valor de €90.277,17, de acordo com a Deliberação de Câmara de 10 de Julho de 2008. Imputação do investimento para aquisição da viatura ao Município de Guimarães. -----

Veículo	Valor	Debitado e pago	Por pagar
49-GC-81	158.381,00€	30.092,39€	128.288,61€
49-GC-80	158.381,00€	30.092,39€	128.288,61€
49-GC-79	158.381,00€	30.092,39€	128.288,61€
TOTAL	475.143,00€	90.277,17€	384.865,83€

Posteriormente foi-nos remetido pela AMAVE a guia de débito número 2/385/2010 no valor de €384.865,83, correspondente ao valor do co-financiamento de 81% do Fundo de Coesão. Solicitada fundamentação à AMAVE da perda do financiamento, esta informou que o "Instituto Financeira para o Desenvolvimento IP, não aceita despesas decorrentes de contratos para efeitos de co-financiamento, ultrapassado o período de vigência (Portaria 461/2004). Face ao exposto submete-se à apreciação da Câmara o pagamento da guia de débito acima mencionada no valor de €384.865,83 do remanescente da factura das três viaturas no valor total de €475.143,00. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 01.03 e na unidade económica 08.05.01.04.

DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA. Votaram contra os Vereadores José Manuel Antunes e André Coelho Lima, que apresentaram a seguinte **declaração de voto:** "Os vereadores do PSD votaram contra o pagamento de €384.865,83 relativo à aquisição de viaturas de recolha de resíduos urbanos por considerarem que esta decisão vai onerar os cofres municipais com uma despesa não prevista, encargo que se deve à incúria e desleixo da gestão da AMAVE e porque entendemos que a culpa não pode morrer solteira o Executivo Municipal não devia ter pressa em pagar, mas antes apurar responsabilidades técnicas e políticas para que situações idênticas não se repitam. A informação presente ao Executivo para deliberação diz que: "A AMAVE, em



2002, submeteu à **Comissão Europeia** a **aprovação do financiamento** pelo Fundo de Coesão do Projecto SIRVA – 3ª fase, enquadrando a aquisição de 6 viaturas para a recolha e transporte de resíduos sólidos urbanos. **O fundo de Coesão estabeleceu um financiamento de 81%** do valor da aquisição das viaturas, ficando os restantes 19% ao encargo dos respectivos municípios. ...”. Como é possível que tendo sido a candidatura **aprovada** por fundos comunitários em €384.865,83, alguém por razões que são desconhecidas para o executivo municipal tenha falhado os prazos de aquisição. Quem se responsabiliza pelo desperdício de verbas do erário publico? Ninguém. Qual o papel do Presidente da Câmara Municipal, que em 2004 foi também Presidente da AMAVE? Totalmente passivo. Não teve nenhuma preocupação em gerir bem os dinheiros públicos nem chamar à razão os responsáveis pela má gestão deste dossier. Já sabemos que o executivo socialista não gosta de ser questionado e que reage mal ao ser contrariado, mas não pode continuar a assobiar para o lado, quando é chamado a pagar quase €400.000,00 devido a erros que lhes são totalmente imputáveis. É lamentável a ligeireza com que a AMAVE “emite uma guia de débito número 2/385/2010 no valor de €384.865,83, correspondente ao valor do co-financiamento de 81% do Fundo de Coesão. **Solicitada fundamentação à AMAVE da perda do financiamento**, esta informou que o “Instituto Financeira para o Desenvolvimento IP, não aceita despesas decorrentes de contratos para efeitos de co-financiamento, ultrapassado o período de vigência...” Qual a atitude do Executivo Socialista face à resposta ao pedido de esclarecimento feito à AMAVE? **Pague-se. Para os vereadores do PSD este procedimento do Executivo Municipal merece CENSURA”**. ---
ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO VALE DO AVE – TAXA DE

GESTÃO DE RESÍDUOS (TGR) ANOS 2007, 2008 E 2009 – GUIA DE DÉBITO – Presente a seguinte informação do Chefe de Divisão de Salubridade e Ambiente: “A Associação de Municípios do Vale do Ave (AMAVE) remeteu uma guia de débito n.º 2/461/2010 aos municípios utilizadores do sistema – SIRVA, referente à TGR de 2007, 2008 e 2009 com imputação à Câmara de Guimarães de um valor de €135.650,15. A TGR enquadra-se no artigo 58.º, do Decreto-lei n.º 178/2006, de 5 de Setembro com aplicação a partir do dia 1 de Janeiro de 2007, 2 euros/tonelada, agravado 0,5€/ano até 2011 sobre os resíduos sólidos urbanos depositados em aterro, de acordo com a estimativa das Agência Portuguesa do Ambiente (APA) e o mapa de resíduos do Sistema Integrado de Resíduos da APA (SIRAPA). À data, o Conselho Intermunicipal do Ambiente da AMAVE e a Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) contestaram através de uma exposição, ao Governo a referida taxa, solicitando a suspensão da mesma, porquanto entendiam não deverem os municípios pagar o funcionamento da APA. Nesta data, o projecto de decisão em relação ao valor da TGR, para a AMAVE, baseou-se nos seguintes dados registados no Mapa de Registo de Resíduos Urbanos (MRRU) através do SIRAPA: -----

Ano	Total de resíduos depositados em aterro	Resíduos urbanos depositados em aterro (valor do SIRAPA) AMAVE	RU depositados em aterro – Guimarães	Valor	Total AMAVE (€)	Total Guimarães (€)
2007	167205,18	31845,50	11090,295	2€/ton	63683,00	22180,60
2008	167161,18	57649,04	19357,00	2,5€/ton	144122,00	48392,50
2009	171049,24	48589,67	16100,37	3€/ton	145769,01	48301,11
Juros de mora (lei tributária – taxa de imputação ao Município de Guimarães)					49571,33	16775,94
TOTAL					403.145,33	135.650,15



Estes valores referem-se aos resíduos da recolha indiferenciada e ecocentros registados no formulário A1 do MRRU. No que respeita aos refugos e rejeitados provenientes da Estação de Compostagem e Triagem em 2009 e, de acordo com a Portaria n.º 851/2009, de 7 de Agosto, estes resíduos deviam ter um agravamento de 50% – dado serem considerados como potencialmente recicláveis. No entanto, no acerto de contas entre a APA e a AMAVE, foi aceite o não pagamento do agravamento da TGR em 2009. Face ao exposto submete-se à apreciação da Câmara o pagamento da Guia de débito acima mencionada com o valor de €135.650,15, referente à TGR do ano 2007/2008/2009, correspondendo ao valor imputado ao Município de Guimarães”. “. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 01.03 e na unidade económica 04.05.01.04.

DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA. Votaram contra os Vereadores José Manuel Antunes, André Coelho Lima e José Torcato Ribeiro. -----

ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO VALE DO AVE – CUSTAS DO TRIBUNAL ARBITRAL – Presente a seguinte informação do Chefe de Divisão de Salubridade e Ambiente: “A Associação de Municípios do Vale do Ave (AMAVE) remeteu uma guia de débito nº 2/379/2010, no valor de €24.210,03 referente a custas do tribunal arbitral – diferendo SUMA/AMAVE, taxa de imputação ao Município de Guimarães de 35,18% do valor €68.817,60. O contrato de concessão de exploração da recolha, valorização e tratamento de resíduos, entre a AMAVE e a empresa SUMA, terminou em Outubro de 2009 (15 anos). A partir desta data, os Municípios do Vale do Ave integraram o Sistema Multimunicipal “RESINORTE” para a recolha, valorização e tratamento de resíduos, que iniciou a exploração no mês de Março de 2010. O Conselho de Administração da AMAVE prorrogou o prazo de concessão com a

SUMA de Outubro de 2009 a Março de 2010. Não tendo havido acordo relativamente à interpretação ou execução do contrato entre a AMAVE e a SUMA, o Conselho de Administração da AMAVE, de acordo com a cláusula 42, capítulo XXII, do referido contrato submeteu o processo para o tribunal arbitral constituindo nos termos com o estipulado no Decreto-Lei nº31/86 de 9 de Agosto. Neste contexto, submete-se a apreciação da Câmara, o pagamento da guia de débito, respeitante ao valor das custas a pagar ao tribunal arbitral (24.210,03€)". Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 01.03 e na unidade económica 04.05.01.04.

DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA. Votou contra os Vereador José Manuel Torcato Ribeiro. -----

ACÇÃO SOCIAL – ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS – Presente uma informação da Divisão de Acção Social propondo a atribuição de um subsídio a um agregado familiar necessitado, nos termos da alínea c) do artigo 2.º – Capítulo I, Anexo III, do Regulamento Municipal de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos, de acordo com informação que se anexa. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07.02 e na unidade económica 04.08.02. A referida informação dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

TRÂNSITO – ALARGAMENTO DO PERÍODO DE HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DA ZONA DE ESTACIONAMENTO DE DURAÇÃO LIMITADA DA RUA DO MERCADO MUNICIPAL – Presente a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente: "Por deliberação camarária de 19 de Abril de 2010 foi aprovada a criação de uma nova zona de estacionamento de duração limitada na Rua do mercado Municipal, com limite máximo horário de 2 horas e taxa horária de €0,60/h.



Contudo, verifica-se que, decorrente do tipo de equipamentos instalados neste arruamento, o seu horário de funcionamento e o limite de duração deverão ser alterados. Face ao exposto, submetemos à consideração superior, nos termos do n.º 4 do artigo 4.º - Duração do Estacionamento, do Regulamento das Zonas de Estacionamento de Duração Limitada, a antecipação do início de funcionamento para as 07h00 e a redução do limite máximo de duração para 1 hora". **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

TOPONÍMIA – ADITAMENTO À TOPONÍMIA DA FREGUESIA DE CANDOSO SANTIAGO – Presente a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente: "Sob proposta da Junta de Freguesia, a Assembleia de Freguesia de Candoso (Santiago) aprovou a criação da seguinte denominação toponímica: 33 – Travessa 14 de Dezembro – Arruamento sem saída com início na rua com o mesmo nome (Polvoreira). Assim, nos termos da alínea v), do n.º 1, do art.º 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, propõe-se a aprovação, pelo executivo camarário, da presente proposta de aditamento à toponímia da freguesia de Candoso (Santiago)". A designação toponímia dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

TOPONÍMIA – ADITAMENTO À TOPONÍMIA DA FREGUESIA DE S. TORCATO – Presente a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente: "Sob proposta da Junta de Freguesia, a Assembleia de Freguesia de S. Torcato aprovou a criação da seguinte denominação toponímica: 119 – Travessa dos Agrads – Tem início na Rua de Segade e termina no entroncamento com a Rua dos Agrads. Assim, nos termos da alínea

v), do n.º 1, do art.º 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, propõe-se a aprovação, pelo executivo camarário, da presente proposta de aditamento à toponímia da freguesia de S. Torcato". A designação toponímia dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

TOPONÍMIA – ADITAMENTO À TOPONÍMIA DA FREGUESIA DE SANDE S. MARTINHO – Presente a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente: "Sob proposta da Junta de Freguesia, a Assembleia de Freguesia de Sande S. Martinho aprovou a criação da seguinte denominação toponímica: 60 – Rua do Fontanário – Tem início na Rua do Alvite (Caldelas) e termina no entroncamento com a Rua da Ribeira. Assim, nos termos da alínea v), do n.º 1, do art.º 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, propõe-se a aprovação, pelo executivo camarário, da presente proposta de aditamento à toponímia da freguesia de Sande S. Martinho". A designação toponímia dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

TRANSPORTES – ESCOLA EB1/JI TABUADELO – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Obras Municipais: "A Escola EB1/JI Tabuadelo solicitou a colaboração do Município através da cedência do autocarro para efectuar o transporte dos alunos no dia 30 de Março para uma visita de estudo ao Museu Alberto Sampaio. Considerando que se trata de uma actividade de relevante interesse pedagógico e não haver inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, submete-se à aprovação do



executivo camarário o transporte solicitado". **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

TRANSPORTES – FUNDAÇÃO CIDADE DE GUIMARÃES – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 15 de Março de 2011, que disponibilizou, à Fundação Cidade de Guimarães, o transporte, em autocarro, de 20 participantes de um projecto da área da comunidade, da freguesia de Fermentões, ao Porto, no passado dia 20 de Março. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

TRANSPORTES – ESCOLA EB1/JI BARCO – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Obras Municipais: "A Escola EB1/JI Barco solicitou a colaboração do Município através da cedência dos autocarros para efectuar o transporte dos alunos no dia 26 de Abril para uma visita de estudo ao Centro Histórico de Guimarães. Considerando que se trata de uma actividade de relevante interesse pedagógico e não haver inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, submete-se à aprovação do executivo camarário o transporte solicitado". **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

TRANSPORTES – CASFIG – ENTIDADE EMPRESARIAL MUNICIPAL – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Obras Municipais: "A CASFIG – Entidade Empresarial Municipal solicitou a colaboração do Município através da cedência de um autocarro para o dia 4 de Junho para efectuar o transporte das famílias residentes nos empreendimentos de habitação social sob sua gestão à Montanha da Penha. Assim, considerando os objectivos prosseguidos pela CASFIG e que se trata de uma deslocação

inserida nas comemorações do Dia Mundial da Criança, bem como do Dia Internacional da Boa Vizinhança e não haver inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, submete, submete-se à aprovação do executivo camarário o transporte solicitado, bem como a prestação de trabalho extraordinário ao motorista a designar oportunamente”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

BANDEIRAS – JUNTA DE FREGUESIA DE SELHO S. CRISTÓVÃO – BANDEIRA DA CIDADE – Presente um ofício da Junta de Freguesia de Selho S. Cristóvão solicitando a cedência de duas bandeiras da cidade. Propõe-se a atribuição de uma bandeira do Município. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** ----

SUBSÍDIOS – AGRUPAMENTO VERTICAL DE ESCOLAS D. AFONSO HENRIQUES – PARTICIPAÇÃO NO CAMPEONATO NACIONAL DE JOGOS MATEMÁTICOS – Presente a seguinte proposta da Vereadora Francisca Abreu: “Os indicadores nacionais e concelhios relativos ao desempenho dos alunos na disciplina de Matemática são problemáticos e muito abaixo da média Europeia. O Ministério da Educação, as escolas, os professores e outras entidades, têm vindo a fazer um esforço suplementar e a dar uma atenção especial ao ensino da Matemática, por forma a contribuir para melhorar o desempenho dos alunos e a inverter o que parece ser uma fatalidade nacional. A Câmara de Guimarães tem vindo a colaborar neste esforço e nesta atenção, por vias muito diversas que vão desde a requalificação das escolas aos serviços que fornece, desde o equipamento aos apoios que garante. Assim, considerando que não é possível ceder o autocarro da Câmara, por se encontrar ocupado, proponho, ao abrigo do disposto na alínea b) do nº 4 do art. 64º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro, a atribuição ao



Agrupamento Vertical de Escolas D. Afonso Henriques de um subsídio de €400,00 (quatrocentos euros), destinado a apoiar a participação dos respectivos alunos no Campeonato Nacional de Jogos Matemáticos, como parte do contributo da Autarquia para a melhoria do desempenho dos alunos de Guimarães na disciplina de Matemática”. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07 e na unidade económica 04.07.01. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

SUBSÍDIOS – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE DESPORTO PARA A DEFICIÊNCIA INTELECTUAL (ANDDI PORTUGAL) – PARTICIPAÇÃO INTERNACIONAL DE ATLETAS DE DESPORTO ADAPTADO

ADAPTADO – Presente a seguinte proposta: “A ANDDI Portugal é uma instituição de utilidade pública, sem fins lucrativos, cuja principal actividade é fomentar e organizar a prática de actividades desportivas de competição, para atletas nacionais com deficiência intelectual. Assim, considerando: 1. O pedido de apoio solicitado pela ANDDI Portugal, com o objectivo de apoiar financeiramente a participação em provas internacionais de atletas de desporto adaptado, nomeadamente no 1º Campeonato da Europa de Atletismo S. Down e nos “Global Games” – Jogos Olímpicos para a Deficiência Intelectual, de 2 a 6 de Junho e de 24 de Setembro a 4 de Outubro de 2010, respectivamente; 2. Que dos 134 atletas que participarão nas referidas provas internacionais, estarão presentes 5 atletas vimaranenses, sendo Nelson Emanuel Leite Silva, Susana Daniela Pereira Castro, Carlos Manuel Silva Borges Duarte, José Alberto Ferreira Rocha e Rui Luis Oliveira Pereira; 3. O custo a ser suportando pela ANDDI Portugal recorrente da participação dos atletas e dada a necessidade de suportar o desporto adaptado pela a inexistência de um volume significativo de patrocínios; 4. Que o Regulamento de Atribuição de Apoios às Associações Desportivas

de Guimarães prevê a atribuição de subsídios com fim à projecção internacional, concedidos sob a forma de Contrato de Patrocínio Desportivo. Venho propor a atribuição de um apoio financeiro no valor global de €750,00 (setecentos e cinquenta euros), correspondendo a €150,00 (cento e cinquenta euros) por atleta participante”. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07 e na unidade económica 04.07.01. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

SUBSÍDIOS – ASSOCIAÇÃO DE APOIO À CRIANÇA – REALIZAÇÃO DE TRABALHO DE ACOMPANHAMENTO ARQUEOLÓGICO

– Presente a seguinte informação do Chefe de Divisão de Estudos e Projectos: “Refere-se a informação que se presta a aclarar e regularizar o procedimento concursal ocorrido em 2005, para a contratação de um serviço externo, entretanto já realizado, que teve como duração os meses de Setembro e Outubro do mesmo. Em causa está um serviço de acompanhamento e prospecção arqueológica, da obra de reconversão de um edifício destinado a centro de acolhimento temporário da Associação de Apoio à Criança, situado intramuros, em pleno Casco Histórico da Cidade de Guimarães, localizado numa das ruas relevantes, na freguesia de Oliveira do Castelo. O projecto que originou o procedimento administrativo em epígrafe surge no âmbito de um pedido de apoio previamente formulado ao Município, pela associação em causa (cujo objecto de funcionamento é sem fins lucrativos), tendo sido desenvolvido e acompanhado pelo, então, Gabinete Técnico Local – GTL. Na fase de licenciamento do projecto foram realizadas as usuais e obrigatórias consultas às entidades envolvidas, mas com responsabilidade em matéria de licenciamento. Dessas consultas resulta o parecer emitido em Outubro de 2003, pela DRCN – de



que se junta cópia – que impõe, em sede de aprovação condicionada que, pelos.”...impactes significativos no subsolo...” da intervenção prevista, sejam realizados trabalhos arqueológicos prévios e de acompanhamento à obra, e que esses trabalhos sejam executados, por Arqueólogo devidamente autorizado e reconhecido pelo IPA. Neste contexto e sendo que o trabalho em causa decorre de um processo que tem como base o projecto já realizado pela autarquia, GTL, para uma entidade externa ao Município é formulado um pedido à direcção, para a realização dos trabalhos necessários. Esse pedido obtém consenso da cadeia hierárquica superior e é remetido, com despacho favorável para a abertura do respectivo concurso, nos termos previamente definidos para o efeito. Contudo, de acordo com a normal e legal tramitação, tratando-se de um trabalho a realizar pela autarquia para uma entidade externa, uma entidade particular, a mesma deveria ter sido submetida e aprovada em reunião de câmara, o que se verificou não ter acontecido. Deste modo, submete-se à consideração superior a ratificação da despesa correspondente ao valor de honorários relativos aos trabalhos arqueólogos, num global de €11.930,60 (onze mil novecentos e trinta euros e sessenta cêntimos), já com IVA incluído, configurando esta situação uma atribuição de um subsídio à Associação de Apoio à Criança, conforme disposto na alínea a) do nº4 do artigo 64 da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterado e republicado pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. O Vereador César Machado não participou na discussão e na votação da proposta. -----**
A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE APROVAR A ACTA EM MINUTA. -----
PELAS DOZE HORAS E DEZ MINUTOS O PRESIDENTE DA

**CÂMARA DEU POR ENCERRADA A REUNIÃO, DE QUE, PARA
CONSTAR, SE LAVROU A PRESENTE ACTA. -----**